



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª  
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL  
PARA DEBATER A APLICABILIDADE DA LEI Nº 4.092, DE 2008  
DE 26 DE MAIO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário relativa ao Requerimento nº 395, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, destina-se a debater a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008, que “dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal”, junto aos bares e restaurantes do Distrito Federal que oferecem música ao vivo e outras atividades de cunho cultural.

Como o proponente ainda está se organizando, esta Presidência vai suspender os trabalhos.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h30min, a sessão é reaberta às 15h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Está reaberta a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	2

Ao dar as boas-vindas a todas e a todos os presentes, tenho a honra de declarar reabertos os trabalhos desta comissão geral destinada a debater a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008, que “dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal” junto aos bares e restaurantes do Distrito Federal que oferecem música ao vivo, e outras atividades de cunho cultural.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa para esse debate o Exmo. Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal, Sr. Glauco Rojas; o Subsecretário de Estado de Turismo do Distrito Federal, Sr. Paulo Tarso Castilho; o Diretor de Fiscalização do Instituto Brasília Ambiental – Ibram, Sr. Aldo Fernandes; o maestro e Presidente do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Sr. Rênio Quintas; o Presidente da Ordem dos Músicos de Brasília, Sr. Sidney Teixeira; o Presidente do Sindhobar, Sr. Clayton Machado; o auditor e representante da Agefis, Sr. Wagner Martins.

Quero agradecer a todos pela presença, aos membros da mesa, que nos honram com a qualidade e a representatividade neste debate, que é tão importante para Brasília. Peço desculpas, em nome de toda a Câmara Legislativa, pelo atraso haja vista que estávamos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quero fazer o registro aqui da presença do nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que está aqui conosco também muito preocupado com este tema, que tem, sim, uma influência muito grande na economia do Distrito Federal, na geração de emprego e renda. Isso é algo que está dentro da visão da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Senhoras e senhores, Brasília em está em franca campanha para sediar o jogo de abertura do mundial de futebol da Fifa, a Copa do Mundo, em 2014. Afora os preparativos que dizem respeito à construção de um novo estádio adequado aos padrões internacionais, outra demanda deve, necessariamente, integrar a preocupação para que a Capital federal esteja preparada para esse megaevento. Temos que nos lembrar dos milhares de turistas brasileiros e estrangeiros que para cá virão atraídos pela paixão do futebol, mas também nutridos pela expectativa de terem acesso ao lazer, à cultura e às artes locais brasilienses.

Vale salientar que recentemente recebemos nesta Casa uma delegação de Parlamentares da África do Sul. Quando indagamos a eles qual foi o grande legado da Copa do Mundo para eles, se seria a infraestrutura, os estádios, foram unânimes em dizer que o maior legado foi poder demonstrar ao mundo a cultura da África do Sul.

A cultura talvez seja nosso maior presente para a humanidade. A cultura de Brasília é vasta, rica. Daí, nada mais oportuno do que esta comissão geral, que reúne empresários, artistas, gestores públicos e cidadãos que têm relação com a agenda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	3

cultural e os desafios aos amantes das programações artísticas oferecidas por bares e restaurantes.

Esta Comissão que se reúne é proposta por um Parlamentar, mas atende a demanda da população. Atualmente, em Brasília e demais cidades do Distrito Federal, existem reivindicações de donos de bares e restaurantes e de músicos profissionais no que diz respeito ao que consideram um rigor excessivo da legislação em vigor, que estaria vetando a música ao vivo. Na outra ponta do debate, estão moradores vizinhos desses estabelecimentos, órgãos fiscalizadores e administrações regionais, que representam o segmento refratário a esse tipo de prática.

O objetivo desta comissão geral é promover o diálogo e, quem sabe, avançar no sentido de um pacto social que beneficie e atenda interesses variados e que, principalmente, permita o Distrito Federal e Brasília mostrarem ao mundo e ao Brasil esse caráter tão peculiar dessa cultura brasiliense rica, cheia de nuances do Sul, do Centro-Oeste, do Nordeste, que tanto tem contribuído para a formação de artistas que se destacam tanto no Distrito Federal como fora, usando a cidade, os bares, esses ambientes, como locais de início de carreira, de vivência, e por que não dizer de sobrevivência no plano financeiro.

Eu quero mais uma vez dar as boas-vindas a todos e dizer que esta é uma comissão feita para a comunidade discutir esse tema que deve perpetuar-se até a Copa do Mundo a fim de que tenhamos um esclarecimento que possa atender aos diversos segmentos da sociedade.

Ouviremos primeiramente o Auditor Fiscal da Agefis, Sr. Wagner Martins, nosso amigo, para que proceda aos esclarecimentos e fale em nome da Agência de Fiscalização sobre os debates e a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008.

Concedo a palavra ao Sr. Wagner Martins.

SR. WAGNER MARTINS – Boa-tarde a todos. A Agefis é um órgão fiscalizador que, muitas vezes, é mal interpretado. Por quê? Principalmente nesta área que é minha especialidade de fiscalização — atividades econômicas —, muitas vezes nós deparamos aquela situação de que existe a infração, ela está expressa em lei, em decretos, porém, existe a dificuldade de se identificar a competência para fiscalizá-la. Essa questão da música no Distrito Federal é uma situação que expressa muito bem isso. Nós temos dois órgãos que se assemelham: Agefis e Ibram. Até somos de uma mesma carreira de fiscalização. O Ibram é o órgão, a autoridade ambiental. A Agefis, na especialidade de atividades econômicas, fiscaliza as atividades econômicas desenvolvidas dentro do Distrito Federal. O que acontece: nós da Agefis sempre prestamos atenção na questão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais e esse funcionamento tem que estar totalmente dentro dos preceitos da Lei nº 4.457, que dispõe sobre a licença de funcionamento.

Com relação à poluição sonora, nós temos pouco a contribuir até porque não achamos que temos competência com relação à medição dos decibéis, à altura do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	4

volume. Nós nos preocupamos mais com a questão do licenciamento. A Administração Regional da cidade satélite expede a licença de funcionamento que especifica as atividades que o estabelecimento pode desenvolver naquele local e nós vamos lá verificar qual atividade está especificada no alvará de funcionamento ou na licença de funcionamento.

O que acontece? Ao chegarmos a um estabelecimento, verificamos que ele tem a licença de funcionamento; porém, se nela, por exemplo, não está especificada a música ao vivo como atividade, somos obrigados a notificar ou interditar não o estabelecimento, mas a atividade extra de música ao vivo. Então, pode ocorrer uma notificação, uma interdição ou também uma apreensão.

A Agefis tem equipes de fiscalização trabalhando todos os dias à noite para verificar as denúncias de abusos com música ao vivo. Ela tem trabalhado mesmo, tem perturbado os comerciantes, os donos de estabelecimentos comerciais, o pessoal da música, que, muitas vezes, fica até chateado com a gente. Contudo, na nossa visão, uma visita fiscal só envolve a questão do licenciamento. Essa questão do volume da música, se ela está num volume alto ou baixo, nós temos pouco a contribuir com relação a isso. O que tenho para destacar a princípio é isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Wagner. Nós esperamos que ao longo desta comissão geral possamos estabelecer critérios ou sugestões de um trabalho, de repente, até legislativo de forma a contemplar esses interesses, especificamente desse segmento de atividade que é tão típico da cidade de Brasília e já é muito conhecido, como essa questão dos bares, naturalmente respeitando o direito dos moradores, mas que tenhamos a amplitude e a consciência dessa necessidade.

Quero dizer que esta comissão geral, embora proposta por um Parlamentar, é uma atividade da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, composta por diversos Deputados, entre eles meu companheiro de bloco, Líder do meu bloco, Deputado Prof. Israel Batista, que sempre está conosco nessas atividades parlamentares. Temos aqui também representantes de diversos outros Deputados, como o Deputado Rôney Nemer, Deputado Raad Massouh, Deputado Chico Leite, Deputado Wellington Luiz, Deputado Wasny de Roure e outros que compõem essa Frente Parlamentar.

Eu gostaria agora de convidar para fazer uso da palavra o Presidente do Sindhobar, Sr. Clayton Machado.

SR. CLAYTON MACHADO – Boa tarde a todos, boa tarde, Deputado. Quero agradecer a oportunidade mais uma vez de poder estar aqui para discutir assuntos pertinentes ao nosso setor.

Eu gostaria de começar pela fala do auditor da Agefis. Ele foi muito claro e incisivo quando disse que, quando a fiscalização chega ao estabelecimento que não tenha licença para música, ela deve intervir, interditar ou notificar apenas a atividade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	5

extra. Infelizmente, Wagner, na prática, não é isso o que acontece. Infelizmente. A gente tem visto de longa data – e aí não estamos falando de gestão nem de governo, estamos falando da prática da fiscalização de longa data, dos idos de 10, 15 anos atrás. Lembro como se fosse hoje, na Praça do DI, em Taguatinga, onde a polícia de forma truculenta chegou aos bares, tirou os clientes das cadeiras, jogou as cadeiras para dentro, fechou o bar e acabou com a vida noturna da Praça do DI. Isso se arrasta há anos.

O grande problema que atravessamos em Brasília não é a questão da fiscalização, do poder, do não poder, de ter ou não licença. Vou citar um exemplo específico: quem de nós aqui, dono de bar e restaurante no Plano Piloto especificamente, não teve que pegar assinatura de todos os vizinhos para poder abrir o seu negócio? Todos que têm bar aqui e que têm vizinhos por perto tiveram que fazer isso. Depois de uma luta imensa consegui derrubar isso agora, quinze dias atrás, com o atual administrador. Não precisamos mais fazer isso. Por que não precisamos mais e nunca precisou? Porque isso não estava respaldado por nada: não tem decreto, não tem lei, não tem ordem de serviço, não tem nada que exija isso. Isso é pura e simplesmente da cabeça de um insano que trabalha na administração regional que achou que devia cobrar. Não existe essa exigência. Por que consegui derrubar? Porque precisei, através do nosso jurídico, dizer ao administrador atual que quando a próxima empresa me procurasse no sindicato reclamando dessa questão eu entraria em ação pessoal contra ele, administrador.

Por que nós, empresários, temos que sempre cumprir tudo e o Governo nunca cumpre a parte dele? Nenhum órgão do governo cumpre a parte dele. Existem normas quando você entrega a documentação em qualquer órgão: dentro de 48 horas a administração tem que emitir o seu alvará ou dizer por que não vai emití-lo; dentro de 72 horas ele tem que dizer por que isso e por que não aquilo, e não diz. Nós esperamos 6 meses, 10 meses, 5 meses por uma resposta, e na maioria das vezes ela é negativa.

Então precisamos, e aí, Deputado, peço a esta Casa: o grande serviço que ela pode prestar à atividade econômica, não só a nossa, mas a de Brasília como um todo, é fazer com que os órgãos conversem, se entendam e cumpram especificamente o que está na lei. Enquanto não fizermos isso, podem fazer quantas audiências públicas quiserem, não será resolvido o problema.

Vou citar outro: agora no governo atual, ex-secretário de segurança que caiu há poucos dias, cria um decreto famigerado em que o agente policial, por competência dele, chega na porta de um bar, e se achar que aquele bar está gerando risco iminente de segurança para a comunidade, ele pode fechar. Nós estamos vivendo num momento democrático ou autocrático? Onde pode um negócio desses, de um agente, na cabeça dele, julgar que é ou não de risco a minha atividade, e poder fechar de forma sumária? Isso não existe! E o decreto está vigente. Hoje, de manhã, eu recebi três telefonemas do Paranoá, onde três bares



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	6

foram fechados de forma truculenta. A polícia chegou e fechou. É justo? Não tem condições um negócio desses.

Então, esse negócio, por exemplo, da anuência dos vizinhos, o Coordenador das Cidades do Governo anterior... Fui lá, olhamos lei por lei, artigo por artigo, em nenhum lugar se encontra isso registrado. Nunca na história da cidade de Brasília teve alguma coisa que relate que a gente tem que arrumar vizinho, prefeito e não sei o quê para poder autorizar uma atividade comercial. E você não consegue. Eu não conseguia até quinze dias atrás. Então, um aviso ao nosso setor e a todo o setor produtivo: quem tiver dificuldade, procure o Sindhobar, porque o Administrador Messias se comprometeu a que não será mais cobrado; e se for, nós vamos entrar com uma ação contra.

Especificamente, eu estou citando todos esses exemplos, porque está diretamente ligado à questão do músico. Hoje, nosso setor tem dez mil empresas no Distrito Federal, e são cem mil trabalhadores diretos. Para cada emprego direto, nós geramos três indiretos. Nós somos responsáveis por quase três por cento do PIB da cidade. E nesse nosso setor, no Brasil, são um milhão e duzentas mil empresas com seis milhões de trabalhadores diretos. Não é pouca coisa não. Infelizmente não achamos, ainda, nem na Câmara Legislativa, nem na Federal, alguém que realmente pudesse defender de forma verdadeira os nossos trabalhadores, os nossos empreendedores que colocaram lá seus recursos para poder gerar emprego e pagar seus impostos.

Vocês sabem quantos processos existem contra o nosso setor na Câmara dos Deputados, proposta por deputado? Quinhentos e doze contra. Todos eles contra, não tem um a favor. Daqui a uns dias nós vamos ter que construir uma parede aqui, outra ali para poder pendurar as leis, porque não tem mais parede que dê.

Ontem eu estava na Mesa, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Assuntos de Exploração Sexual Infantil. É um mundo de leis. Você sabe que de meio-dia às duas, na hora em que os nossos bares estão abertos, se eu vir, se eu detectar algum assédio e quiser ligar para alguém, não consigo, porque o Conselho Tutelar, de meio-dia às duas, está fechado para o almoço. Não tem ninguém para te atender. Ninguém me contou, não. Eu vi uma criança de oito anos em um bar; nós chamamos a PM, aí a criança virou para o PM e falou assim: se você me puser a mão, eu te levo para a Corregedoria. O que deu para o PM fazer? Nada. Não tem como, até porque ele levar essa criança para a Delegacia não pode, não é Delegacia de menor, ele não tem para onde levar, o Conselho Tutelar está fechado. O que ele vai fazer? Nada. E continua isso aí.

Então, o que eu quero dizer é que nós precisamos muito, independentemente de defender o músico, defendendo aqui e sendo egoísta, nós precisamos muito dessa classe, desses profissionais nos nossos bares e restaurantes. Muitos só abrem porque eles estão lá trabalhando, porque se não estiverem, o bar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	7

não vai ter movimento. É característica dele, é perfil do bar. Então, nós precisamos, sim, de todos esses profissionais. Agora, precisamos tratar isso de forma clara, sem subterfúgios e sem querer tapar o sol com a peneira, porque senão não vamos resolver.

A sugestão minha em termo de encaminhamento é que os órgãos do Distrito Federal conversem, se entendam, e que seja exigido o cumprimento da lei, e não do entendimento de cada um que está à frente da gestão de qualquer que seja o órgão. O que a gente está acostumado a ver é que tem denúncia porque o parente, o primo do presidente de uma entidade mora atrás do meu bar. Só que esse cidadão que reclama do meu bar aberto sai da casa dele e vai ao bar da quadra seguinte fazer barulho para outro morador. E assim tem acontecido em Brasília: o conselho comunitário, a gente faz reunião quase que semanalmente, e eu digo para ele: se vocês são tão fortes reclamando do empresariado, porque não fecham a porta da quadra de vocês e proíbem o morador de sair da quadra? Porque ele não fica no bar da sua quadra, mas vai para o bar da quadra do outro. Então, nós precisamos resolver isso.

E, finalmente, eu quero sugerir à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, assim como tem São Paulo, Curitiba, e já que é moda no Brasil copiar tudo que tem no exterior, – inclusive, a Lei Seca foi dessa forma –, por que não exigir também, nas construções residenciais, isolamento acústico? Por que só nós temos que ter isolamento acústico nas nossas casas? Ao construir um prédio residencial, coloque vidro de forma que você não escute nada. E nós vamos precisar disso num curto espaço de tempo. Com mais de um milhão e duzentos mil carros andando na rua, já, já, não conseguiremos dormir nos apartamentos.

Nós temos a característica de endereços mistos em Brasília. É preciso respeitar isso. Nós temos um problema sério no Sudoeste – lá é mais sério, mas temos em outros locais: em toda a avenida principal, são lojas em baixo e salas comerciais em cima. O que acontece? O cidadão vai, aluga ou compra uma sala daquela e mora. No momento em que é para se fechar a sala comercial, ir embora e o bar abrir, 18h, o cidadão que trabalhou o dia inteiro chega para morar numa sala comercial e quer que o bar feche, porque está fazendo barulho pra ele. E aí, como é que fica? Nós somos os culpados de ele estar morando em um lugar comercial? Não, não dá. Aí, Agefis, SEOPS, Ibram não querem ver se a sala é comercial e se o cidadão está morando no lugar errado. Não, fecham o bar, autuam o bar, interditam o bar. Não está certo. O desequilíbrio está muito grande.

Então, o que eu peço é bom senso efetivamente e o equilíbrio na atuação e na notificação no nosso segmento, porque tem muita coisa errada antes de chegar na gente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Clayton.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	8

Com certeza, a nossa Assessoria já está providenciando um documento com essas reivindicações, que será a síntese desta comissão geral. Não tenha dúvida de que encaminharemos aos órgãos competentes essas ponderações. Inclusive temos um representante aqui da Secretaria de Segurança, o perito Vilarins, que acompanha esta comissão geral.

Concedo a palavra ao nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente desta comissão geral e Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cláudio Abrantes, eu não tive tempo de conversar com V.Exa., mas estive em Planaltina e encontrei muitos de seus eleitores, que estão muito orgulhosos de terem votado em V.Exa. Parabéns pelo trabalho que V.Exa. vem realizando aqui na Câmara Legislativa.

Quero cumprimentar toda a Mesa em nome de V.Exa. e dizer que acompanho esse problema dos bares e restaurantes de Brasília desde que cheguei aqui, em 74. Toda essa atividade faz parte da cultura da cidade. A partir daí, começou, conforme foi dito hoje nesta sessão. Tem mil pessoas inventando modas e modelos, e os burocratas estão sempre dificultando a vida de quem está produzindo a cultura na cidade. A maioria se dá exatamente pelo não cumprimento da legislação. É lógico que a iniciativa de Secretário de Segurança de fazer um decreto para um PM chegar e fechar um bar é arbitrária. Nem em ditadura nem em regime socialista isso é feito.

A Câmara Legislativa precisa ter a iniciativa de fazer uma regulamentação a partir dessas comissões gerais e audiências públicas, de criar uma legislação que também defina a responsabilidade da administração pública. Não pode alguém entrar com um pedido de alvará e passar um ano e meio, dois anos para ter uma resposta. Muitas pessoas já me procuraram: "Deputado, liga para o administrador fulano de tal para ver se ele agiliza, diga sim ou não, mas, pelo menos, diga alguma coisa". Isso não pode acontecer. Eu acho que, do mesmo jeito que se definem responsabilidades, por meio da legislação, para os donos de bares e restaurantes, também as administrações devem ter uma responsabilidade a cumprir. Devemos acabar com esse invencionismo que cada burocrata ou cada um que assume o governo começa a inventar.

Eu acho que a Câmara Legislativa tem esse papel e tem todas as oportunidades de fazer isso agora. Nós estamos com 15 Deputados iniciando o mandato. São Deputados que – não estou querendo dizer nada dos Deputados mais velhos – estão com o compromisso de fazer um trabalho diferente nesta Casa, como é o caso de V.Exa. Eu acho que o Deputado foi muito feliz em promover esta comissão, porque é através dessas comissões e ouvindo as partes interessadas que se pode produzir um documento. O combustível do Parlamento é a informação. Um Deputado, para produzir um bom projeto de lei ou para produzir um bom discurso,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	9

precisa de informação. Eu acho que as audiências públicas e as comissões gerais que têm sido realizadas nesta Casa possibilitam a todos nós muitas informações, que nos fazem decidir de maneira eficiente.

Como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – inclusive este é um assunto inerente à CEOF – quero, junto com V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, formar uma comissão de Parlamentares para irmos ao Governador e exigirmos alguma providência nesse sentido. Nós sabemos que politicamente só funciona dessa maneira. Se o Governador manda um projeto para esta Casa e não o votamos até que S.Exa. decida a respeito desse assunto, então se toma uma iniciativa. Eu acho que a desunião e as reclamações isoladas dos donos de bares e restaurantes contra as administrações regionais podem não funcionar, mas, a partir do momento que existe um órgão que centraliza essas informações e denuncia essas arbitrariedades que estão acontecendo e a Câmara Legislativa se levanta contra isso, nós podemos fazer alguma coisa positiva.

É lógico que esse problema com a Agefis é muito complicado. Como servidor público de carreira, eu sei que há sempre uma orientação, seja ela legal, seja ela política, para os servidores que compõem essa agência de fiscalização. Nós sabemos que existe muita ingerência política. Então, que a Câmara também tome parte neste assunto, exija os rigores da lei. Algumas pessoas chegam a abusar desse poder. Mas eu também entendo que os servidores da agência têm de cumprir a legislação, sob pena de serem responsabilizados pelo Ministério Público de não estarem cumprindo suas obrigações. Então, isso tem que ser separado.

Eu acho que, através de audiências públicas e de comissões gerais, como esta de iniciativa de V.Exa., considerando o terreno fértil que existe hoje nesta Câmara Legislativa para reorganizarmos os setores produtivos de Brasília, há uma esperança e uma luz no fim do túnel para não cometermos essas arbitrariedades que alguns órgãos do Governo estão cometendo contra essa classe trabalhadora. Era isso o que eu gostaria de falar hoje. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Deputado Agaciel Maia, muito obrigado. Realmente esse tema é extremamente importante, por tudo que já foi dito aqui e por tudo que ainda será dito.

A respeito da portaria da Secretaria de Segurança, hoje à noite, os Deputados que são relacionados à área de segurança se reunirão com o Secretário de Segurança e nós encaminharemos essa demanda acerca desta portaria. As palavras do Deputado Agaciel Maia são muito pertinentes no sentido de que esta Casa, independentemente de ser da base do Governo ou não, leve a reivindicação ao Governador.

Como eu disse na minha fala inicial, o maior legado desses grandes eventos para a cidade é a possibilidade de se mostrar cultura. E a cultura do barzinho aqui em Brasília é algo já estabelecido entre as pessoas. Agora, também quero ressaltar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	10

mais uma vez, a ponderação do Deputado Agaciel Maia, porque também faço parte de um órgão de segurança, a Polícia Civil, e, geralmente, o executor da medida é quem fica com o ônus. Então, a Agefis, no cumprimento das suas atividades, é quem realmente recebe a pancada. Embora saibamos que, em outros tempos, houve ingerência política – isso é fato e é algo que nós repudiamos veementemente –, hoje vemos que o órgão está no cumprimento das suas obrigações.

Portanto, é necessário que haja uma lei ou um normativo que discipline essa atividade. E é isso que nós vamos perseguir a partir dessa audiência pública, contando, naturalmente, com a força do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e diversos outros Deputados que estão, sim, imbuídos dessa atividade.

Eu gostaria de registrar a presença dos seguintes convidados: Sra. Eva Pimenta, proprietária do Café da Rua 8; Sr. Arthur Oscar Guimarães, Consultor Legislativo e, neste momento, representa o Deputado Chico Leite, que também é membro da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura; Sr. Fabio Sucupira Pedroza, músico; Sr. Hugo Darques, professor e membro da Associação Gingado; Sr. Marcos Aurelio Martins, gerente de licenciamento da RA VI; Sr. Athayde Passos, assessor parlamentar da Fecomércio; Sr. Felipe Lima, diretor de planejamento e gestão da Secretaria de Turismo; Sr. Bento Maçal, auditor do Ibram; Sr. Renato Matos, músico.

Ao longo desta comissão geral, continuaremos com o registro de presenças.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Presidente da Ordem dos Músicos de Brasília, Sidney Teixeira.

SR. SIDNEY TEIXEIRA – Boa-tarde. Acho que aqui há muitos músicos que já tocaram comigo. Nós vivemos de bares desde os anos 80 e sabemos que a música sempre prevaleceu no bom gosto dos cidadãos. Agora, a Ordem dos Músicos de Brasília está aqui, realmente, para reivindicar essa questão da isenção da música nos bares.

Eu gostaria de parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pelo apoio que V.Exa. está dando à questão da música nos bares. Realmente, temos que pedir apoio ao Governador e ver o que podemos fazer com relação a esse caso. A Ordem dos Músicos de Brasília está realmente presente, querendo apoio a esse caso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Sidney.

A importância desta comissão é tão grande que não é à toa que temos aqui representação de diversas secretarias, temos um Secretário de Estado acompanhando a bancada, hoje à tarde recebi ligações de diversos secretários que tinham confirmado presença, mas foram convocados pelo Governador para uma reunião. Mandaram seus representantes. Dessa forma, a gente vê que esse tema está disperso por todo o Distrito Federal, com influência em qualquer cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	11

Às vezes, há um entendimento de que essa questão da música ao vivo é algo muito restrito à área central de Brasília, ao Plano Piloto. Mas, hoje, em qualquer cidade, seja na minha Planaltina, seja em Brazlândia, seja em Taguatinga, há pouco o Clayton falou de Taguatinga, seja no Guará, enfim, em qualquer lugar, é uma situação típica do Distrito Federal. Naturalmente, aqui na Câmara Legislativa, como bem salientou o Deputado Agaciel Maia e outros representantes que aqui estão, não fugiremos do debate nem de nossas responsabilidades.

Neste momento, registro a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz César Matheus, proprietário da Choperia Maracanã; Sr. Luiz Cláudio, auxiliar de gabinete da Administração RA XI; Sr. Paulo Ohana Pinto de Sant'ana, músico; Sra. Rayssa Tomaz, assessora de imprensa do Ibram; Sra. Elizabete Gasparotto, auditora da Agefis; Sr. Bernardo Rosa, músico; Sr. Márcio Leal, diretor da Mídia.Com; Sra. Naiara Gonçalves de Almeida, musicista.

Como disse há pouco, ao longo das intervenções, nós procederemos aos demais registros de presença.

Neste momento, agora corrigindo, porque pode ser um sonho na atual circunstância, eu quero passar a palavra ao Presidente do Fórum de Cultura do Distrito Federal, o Maestro Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Boa-tarde, Deputado. Boa-tarde a todos. Saúdo toda a nossa Mesa em seu nome, os nossos companheiros, os músicos e os donos de estabelecimentos.

Mais uma vez, agradeço à Câmara Legislativa, que está cumprindo o seu papel de forma positiva, verdadeira, altaneira. Neste ano, já é a terceira vez que eu venho aqui para poder dialogar com vários setores por causa das demandas que temos.

Bom, nossa cidade é uma cidade sitiada. Vivemos em uma cidade violentada em sua extensão, em toda a sua magnitude, em uma cidade violentada por má política, por uma má administração. A cidade sofre e sofreu uma violência e estamos vivenciando o rescaldo disso. A toda ação corresponde uma reação de igual proporção. Então, acredito que toda essa desregulamentação e toda essa falta de entendimento do Governo atual, que está se situando e chegando no momento ainda da ressaca de um desvio de conduta completo de uma Administração Pública, isso naturalmente vai estender-se à população, a nós cidadãos, que sustentamos e a quem esse Governo deve servir. Todos os governos devem servir a população e, em seu nome, devem bem cumprir a legislação.

Essa legislação é típica. Estamos brigando com ela há muitos anos, Deputado. Há muitos anos. Ela começou a destroçar a música ao vivo. Era um projeto pensado por um desgoverno anterior de desconstruir a cultura de Brasília. Isto eu ouvi de um Ministro da Educação da época, um militar, que disse: "Brasília tem que ser a vitrine vazia da cultura brasileira. Vocês aqui são estranhos no ninho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	12

Artistas, esses desvios de conduta da natureza, não deviam estar aqui”. Mas nós estamos, resistimos e demonstramos que a nossa capacidade de resistência e de sobrevivência é muito maior do que o desejo dos ditadores.

E convivemos com isso. Estou aqui há 50 anos. Tenho orgulho de dizer isso. Cheguei aqui em 21 de abril de 1960. Vi esta cidade crescer em todos os níveis, em todas as invasões, em todas as possibilidades, com todos os gritos de liberdade que demos. A sensação que eu tenho é de vitória, apesar de perceber que, a partir do momento em que nós sentamos nesta Casa aqui, onde pudemos formular determinados olhares, legislar sobre a nossa realidade, começamos a tropeçar na nossa própria inexperiência, na nossa capacidade de começarmos a nos olhar mais do que apenas como a Capital da República, como hospedeira do grande poder central. Nós precisamos aprender a conviver, nós habitantes da cidade Brasília, da cidade Brasília que abrange todo esse quadrilátero dentro do estado de Goiás.

Tudo isso demanda um manancial, um cipoal, uma capacidade organizativa que ainda não temos. Estamos em plena construção. E essa irresponsabilidade dos governantes anteriores — alguns foram parar na Papuda — propiciou um atraso, e nós temos que trabalhar triplamente agora para poder ganhar o tempo perdido. Toda a população percebeu, nesse descompasso da Administração Pública Direta, que a convivência é possível harmonizar, mas também é possível que um cidadão só decida pelo destino, pelo emprego e pela capacidade de trabalho de vários outros.

Esse desvio de olhar é típico de uma cidade sem regulamentação objetiva. Em determinado momento, nós desaprendemos a conviver. Olha, eu vivi aqui uma ditadura. Eu tive um bar ali na 407 Norte. Eu fiz a primeira música com o Porão, ao vivo. A música ao vivo, no Porão, foi a minha casa, chamada Cafófo. Foi lá que a Plebe Rude começou a ensaiar e o Renato Russo, no começo do Aborto Elétrico, o famoso Aborto Elétrico.

Havia lá uma pessoa, que morava na 407 Norte, que era um cara insuportável. Era um funcionário público que queria dormir às 19 horas. Ele, simplesmente era, sabe... A população inteira da quadra tinha raiva dele e não do nosso bar. Todo mundo ia lá e ele reclamava. A polícia foi várias vezes e, naquela época, ela não era brincadeira, não. Eles iam com metralhadora na mão, botavam todo mundo no chão ou na parede, já com baculejo. Não havia conversa.

Convivi com isso e, mesmo assim, nesse ambiente, o bar, no dia seguinte estava funcionando Mesmo com polícia descendo lá de “metranca” e colocando todo mundo na parede. A sociedade estava combatendo a ditadura. Na verdade, a sociedade inteira era cúmplice de um grande projeto, que era a liberdade, a democracia. Esse era o grande objetivo a que todos almejávamos.

Como neste momento o inimigo invisível não existe, a sociedade começa a olhar para os seus próprios interesses imediatos e se torna egoísta, começa a brigar, com interesses mesquinhos, individualistas. O grande projeto que vejo – e esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	13

aqui é o estuário desta situação – é a gente conseguir normatizar, estabelecer um marco regulatório de convivência pacífica entre os interesses, que são divergentes, em princípio. Se você observar, verá que sempre é uma minoria que não gosta, é sempre uma minoria que vai reclamar.

Acho que, se vocês estabelecerem isso, se o Governo do Distrito Federal, pensando já em se preparar para a Copa do Mundo de 2014, quando iremos receber gente de todos os quadrantes do planeta e estaremos sendo observados, pela televisão, por gente de todos os lugares que possamos imaginar — serão 1 bilhão de pessoas com o olhar voltado para Brasília... Temos que ter noção de que tipo de cidade vai recepcionar essas pessoas e responsabilidade.

Os órgãos de fiscalização estão cumprindo uma norma de forma, no meu entendimento – que é o de quem sofre essa fiscalização, naturalmente –, inadequada. Ouvi, pelo relato da Eva Pimenta, do Café da Rua 8, e do Renato Fino, que houve uma truculência. As pessoas chegaram com PMs armados para fechar um bar. Não era um...

Nós temos que separar as coisas. Acho muito importante, para uma cidade que estava massacrada por invasores, por bandidos, por grileiros governando, essa fiscalização. Acho que a fiscalização deve ser muito dura mesmo, que deve, sim, haver uma galera que fiscalize, que esteja ali, no pé de quem é bandido. Mas, de quem trabalha, não. Quem é trabalhador tem que ser respeitado como trabalhador. A abordagem deve ser mais civilizada. O PM não precisa chegar armado para fechar um bar. Deve haver uma conversa: "Olha, nós registramos dessa forma, aqui." A abordagem deve ser diferenciada. Isso não está na lei. Ninguém vai escrever na lei que a pessoa tem de ser educada. Na lei, não há nada disso escrito. É um princípio civilizado de convivência, tanto de quem fiscaliza, como de quem é fiscalizado. Esse espírito é que tem de começar a permear o olhar de quem observa a legislação.

A legislação está aí, cheia de ABNTs e normas que estão corretas. Se você observar, estão corretas. Agora, a gente descobre que a forma como o decibelímetro é colocado... A gente não sabe se ele está calibrado. Fizemos uma audiência no Museu da República, onde um técnico levou um decibelímetro – ele é perito – que precisa passar por uma observância de determinadas normas. Passa pela USP. Esse programa é ligado ao computador, que gera uma curva. Há um nível, que é A, B, e C, dependendo das curvas que cada decibelímetro tem, do lugar e da referência.

O trânsito tem que ser desconsiderado. Se você observar, nas madrugadas, quando passa um Corujão à meia-noite, no Eixinho, verá que ele faz um barulho muito maior do que uma banda de *big band*, com trombone e trombeta. O motor daquele ônibus estará desregulado, com certeza.

Há uma somatória de fatores que demanda o olhar do legislador. Vocês é que legislam. As pessoas que vão observar essa lei lá na ponta, junto à população, têm que aprender a conviver com essa situação. Se você está lidando com um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	14

traficante de carne, um cara que está comprando uma carne clandestina, tem que ser duro, porque ele é um bandido. Ele está atentando contra a saúde pública. Se você fiscaliza um cidadão que presta um serviço à comunidade, que coloca música de boa qualidade, que está trabalhando, que gera emprego, gera receita, a abordagem deve ser diferenciada. E isso não está na lei. O que é isso? É o espírito de quem faz o comando desse cidadão que vai lá fiscalizar e fala assim: "Olha, você vai lidar com bares, restaurantes que vão criar..." Porque, gente, quarto de hotel não atrai ninguém a uma cidade. A alma de uma cidade são seus artistas, modéstia à parte. Sem eles, sem a gente, o que é que a pessoa vai fazer na noite? "Acabou o jogo de futebol. O que vamos fazer?" Não vão ficar só bebendo, vão ter que assistir a um *show*, ir a algum lugar maneiro. Ainda mais em uma cidade aberta como esta, maravilhosa. Podemos fazer um palco de duzentos em duzentos, que cabe. Isso é uma questão de convivência. Acho que o ideal... esta cidade exalta a celebração à vida e não à truculência e à falta de convivência e de civilidade entre as partes que divergem.

O grande marco regulatório vai ser as partes entenderem que a letra fria da lei não traduz a vida de uma cidade. Temos um patrimônio material que não é mensurável. A qualidade dos nossos músicos, dos nossos artistas, de todas as linguagens, é da mais alta qualidade. Não precisamos importar ninguém, de lugar algum, para fazer música. Estamos é exportando. Estamos exportando, Deputado, porque nossos talentos, aqui, não são reconhecidos do ponto de vista de perfazer uma velocidade, que é a economia da Cultura, que é o grande motor do século XXI. É o grande motor de todo lugar civilizado. Esta troca, a geração de renda, de emprego, esses números fantásticos que o Clayton colocou, isso poderia ser repetido aqui, da mesma forma, para a economia da Cultura. A economia da Cultura emprega mais do que a indústria automobilística. E a nossa indústria, a nossa cadeia produtiva é muito maior do que muitas outras, porque desencadeia uma série de vetores. Ela é totalmente permeável, está "linkada" em todos os níveis. O cara que cata o coquinho do bambu para fazer o fio do arco do violino faz parte da cadeia produtiva da música, entendeu? Cada instrumento que pega o carvalho brasileiro para fazer o violão é parte da cadeia produtiva da cultura, da música, que vai terminar em um violão, em uma viola caipira.

Você vê, então, o tamanho do resultado disso. Há alguém lá na ponta que vai comprar. O Clube do Choro despeja, todo ano, 350 maravilhosos instrumentistas. Para tocar onde, gente? Estão todos fechados por causa dessa lei.

No meu entendimento, essa lei é draconiana. Ela gerou a invenção de moda no burocrata. Simplesmente, os alvarás pararam de ser renovados. Por quê? Porque se tem música ao vivo.

O Ecad, o famigerado Ecad, simplesmente não estimula a música ao vivo. Se você tem música ao vivo, paga mais Ecad do que se tivesse música mecânica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	15

Não é só a Agefis e o Ibram. Acho que a Agefis e o Ibram têm o papel, hoje... Eles estão como os grandes, porque são o braço fiscalizador do Estado. Eles estão cumprindo o papel deles. Temos de entender isso. Não somos inimigos. Muito pelo contrário, quero um órgão fiscalizador para tomar conta dos nossos rios, dos nossos mananciais, para que não invadam as nossas reservas. Quero um órgão fiscalizador decente, para não venderem carne podre às nossas crianças, remédios adulterados. Para isso, precisamos de vocês. Mas não para atacar quem está criando uma situação de...

Temos, hoje, aqui no Plano Piloto, 5 lugares com música ao vivo. Na década de 80, gente, eram mais de 60 estabelecimentos. Em todo Plano Piloto, eram mais de 220. Se eu quisesse, tocava de segunda a segunda, sem parar, porque havia lugar e mercado. A gente brigou para aumentar – a briga já foi com o Clayton – o nosso cachê, naturalmente. Eles queriam pagar menos, e a gente brigava para ganhar mais. Era uma boa briga. Era uma briga decente. Existia um mercado, que era veloz. Os músicos eram disputados. No Conjunto Nacional, havia 3 boates com música ao vivo, 2 clubes de *jazz*. Onde era o Cine Bruni, não sei se alguém aqui vai lembrar. Eu acho que estou falando sozinho, mas tem um cabelinho branquinho ali... É o Amauri. (risos.). O Cine Bruni tinha três boates. Então você vai contando e vendo que a cidade é uma cidade da celebração, é uma cidade da festa, é uma cidade da música, da arte. E isso foi achatado. Hoje vivemos numa cidade sitiada, autoritária. Os administradores regionais não deixam as pessoas se apresentarem. Aqui na Ceilândia eu estou tocando com muito orgulho na Ópera do Jorge Antunes, o *Auto do Pesadelo de Dom Bosco*, e o Administrador da Ceilândia não permitiu que a ópera acontecesse. Tivemos que interferir com os amigos, porque estão no governo, e começamos a ligar para as pessoas: "Mas por quê?" "Não, é que estamos com problema sério. Lá tinha tráfico de drogas naquela rua ali. Então a gente, agora, tem que parar tudo." Eu falei: "Gente, nós estamos trazendo a alma da cidade. Nós estamos trazendo a denúncia de tudo o que a gente conseguiu. Nós vencemos. Nós tiramos os bandidos do poder e nós estamos com essa festa para celebrar com a população. E a gente não pode?" "É, mas tem os bandidos." "Mas os bandidos vão ficar mais afastados ainda se você levar alegria, música, diversão, as pessoas vão sair de casa e vão se divertir. Não vão querer traficar nem nada."

Esse olhar é o que o administrador tem que ter. E não ter o medo. Temos que vencer o medo. Nós temos que vencer essa cidade autoritária. Hoje para você fazer um show de música ao vivo na Torre de TV precisa fazer 12 movimentos. Em cada um desses movimentos você precisa ir à Administração de Brasília, voltar na Secretaria de Segurança Pública, depois ir ao Corpo de Bombeiros, todos os lugares são separados e não tem nada informatizado. Aí você tem que depender da boa vontade de um tenente que vai fazer o olhar sobre o seu palco, se ele pode ser liberado: "Não. Esse aterramento não está legal. Tem que refazer". E o show é amanhã e tem 25 músicos dependendo de você para isso. Então, a cidade não respira cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	16

A grande proposta que esse governo que chega agora tem é o Sistema Distrital de Cultura, que é justamente o olhar em que você abrange todo o organismo do governo com o olhar voltado... Porque a cultura, gente, é o último bastião da civilização desse planeta. Só com a arte a gente é capaz de transformar esse planeta. Nenhum discurso verbal convence um garoto cheirador de pó, nem tomador de crack, a não ser a música, a não ser a arte, a não ser a alegria de estar vivo e a sensação de pertencimento e de o cara saber que é humano, que as pessoas olham para ele não como um bicho, nem como um animal drogado, mas como um ser humano. E se ele toca um instrumento, ele se sente como ser humano.

Então, esta é a grande vitória da humanidade: a arte. A maior ação de liberdade que a gente pode ter, que a gente pode dar ao cidadão e receber do cidadão é ser artista, é estar sendo artista. Não é o artista global, nem o profissional. É estabelecer uma relação dele com o que ele tem de mais bonito, que é a expressão da sua liberdade. Então, esta cidade precisa respirar isso. E por meio de uma legislação... Essa Frente Parlamentar em Defesa da Cultura é o nosso bastião aqui em defesa dessa cultura.

E eu quero botar uma pilha no nosso valoroso deputado para nós criarmos a Comissão de Cultura nessa Casa Legislativa, porque esta cidade demanda isso. Pela riqueza, pela profundidade, pelo celeiro que nós somos, essa frente é fundamental. Ela é o embrião. Mas uma comissão de cultura tem mais profundidade, mais aglutinação, mais capacidade de articulação, mais inteligência, mais possibilidade de convencimento do que uma frente.

Eu queria registrar, uma vez mais, que apesar das presenças dos Deputados Agaciel Maia, da Rejane Pitanga e do Prof. Israel Batista, ainda é minoria aqui os parlamentares nas audiências relativas à cultura. Que solicitem, Deputada Rejane, aos nobres Pares que eles venham estar com a gente, que eles estejam conosco. Sei que todos estão amorosamente com a gente aqui em pensamentos... Mas eu acho que é importantíssimo que a gente crie esse ambiente de discussão civilizada, que a gente crie entre as partes a capacidade e a possibilidade de conversarmos. Precisamos vencer a cidade autoritária e criarmos a cidade harmoniosa, a cidade da cultura, a cidade da celebração da vida e de uma arte brasileira.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado Maestro Rênio Quintas. Somos nós quem agradecemos essa manifestação tão lúcida sobre esse tema.

Quero fazer o registro da presença do líder do meu bloco nesta Casa, que muito nos honra com a sua liderança e com a presença e que também é um dos coordenadores. A Frente Parlamentar não tem coordenador, ela tem deputados apaixonados e cada um luta para que a cultura tenha, realmente, aqui, um pilar de sustentação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	17

Então, quero registrar a presença de um Deputado que também assinou, juntamente com a Deputada Rejane Pitanga, comigo e com outros Deputados, a criação da Frente, o Exmo. Sr. Líder do Bloco PDT/PPS/PSB, Deputado Prof. Israel Batista. Seja muito bem-vindo a esta Comissão, sempre. Também quero registrar a presença da também combatente e militante da cultura, desde os seus tempos de sindicalista, de professora, que sempre foi uma lutadora pela cultura da nossa cidade e hoje é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, a Deputada Rejane Pitanga, também membro da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

Imediatamente, passo a palavra a um Deputado que tanto tem promovido ações em defesa da cultura, Deputado Prof. Israel Batista. (Palmas.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Deputado Cláudio Abrantes, obrigado. Cumprimento a Deputada Rejane Pitanga, que está ali, os meus amigos da cultura, o Secretário de Trabalho Glauco, que mostra que a cadeia produtiva gera emprego, e o maestro amigo Clayton, que está ali também. Estou muito feliz de estar aqui, nesta comissão geral, porque esse tema da cultura em Brasília não é debatido, simplesmente. É um tema que precisa ser resgatado. A arte em Brasília é esse concreto estéril e só. Brasília é uma cidade estéril e os nossos visitantes dizem: “Que cidade vazia, fria.” As pessoas não têm uma boa impressão de Brasília, principalmente do Plano Piloto, e isso ninguém pode negar, embora cada um de nós não se sinta tão frio quanto se fala. Mas esse ambiente não é acolhedor, definitivamente. Os milhares de servidores de outros estados que nos vêm visitar durante a semana não recebem a acolhida que poderiam ter aqui. Nós não sabemos qual é a característica de Brasília. Na década de 80, mesmo no seu início, ainda sob a ditadura férrea dos militares, Brasília conseguiu, ainda, mostrar uma identidade cultural. Brasília, a capital do rock. Brasília “chutou o pau da barraca”, fez uma música revolucionária. Não podemos aceitar isso. Esta cidade tem cultura, tem mentes criativas e nós estamos submetidos à vontade de alguns poucos que consideram tudo excessivo, que são contrários ao barulho. Barulho é vida, sem excesso, é claro, se não, é surdez. (Palmas.)

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Viver faz barulho, exatamente, meu amigo. Nós precisamos de uma cidade viva. Esse tanto de espaço em Brasília e você não tem cultura, você não tem música, você não tem barzinho, você não tem diversão, você não tem um taxista que saiba mostrar para o turista onde está a música, “assim, assado”. Você produz nesta cidade um monte de músicos que tocam onde? Tocam na academia, não tocam para o povo. Isso não condiz com o que o nosso coração quer. O coração do brasileiro não é frio. No entanto, todo mundo diz que o brasileiro é frio, porque aquele vizinho chato, funcionário público, que não gosta de se divertir, não deixa ninguém se divertir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	18

Nós temos uma absurda neurose com o trânsito e, à noite, não se pode estacionar em filas duplas para que os carros transitem apenas em uma fila. Não estou falando de parar atrás dos outros carros, não. Estou falando no início das quadras, das esquinas — dizem que Brasília não tem, mas é mentira, claro que tem. E não se pode parar os carros ali porque vão atrapalhar o trânsito. Quer dizer, a máquina submete o homem? Que o trânsito pare, mas que as pessoas andem em liberdade, porque Deus nos deu pernas e não rodas.

Então, em tudo que é para o jovem as pessoas colocam obstáculos. É impressionante! Onde é que o jovem de Brasília vai se divertir? E aí os moradores, com muita justiça, reclamam — desculpem-me pelo termo que vou usar nesta Casa de leis — que os jovens fazem xixi embaixo do bloco. Ora, senhores, isso é problema do Estado. Há policiais para fecharem os bares, mas não há policiais para fiscalizar isso. No carnaval do Rio de Janeiro resolveram esse problema, como é que na Capital da República, com muito mais espaço, não se pode resolver esse problema? A Zona Sul do Rio de Janeiro recebe em todo carnaval 400 mil visitantes, e ninguém faz xixi na esquina desde que a prefeitura estabeleceu — vou falar outra coisa — o “pipidódromo”. Isso resolveu o problema do mau cheiro.

Nós precisamos abrir os nossos corações para conseguirmos soluções criativas, para que as pessoas possam se divertir. É a ausência de regras que faz com que tudo seja bagunçado; ou é o excesso de regras que faz com que a nossa Cidade tenha a pecha de cidade mais fria do Brasil, menos acolhedora do nosso País, a Capital de todos os brasileiros.

Não dá para continuar assim, Deputado Cláudio Abrantes. Eu e o Deputado Cláudio temos — na verdade o Deputado Cláudio e eu, pois eu sou seguidor dele nessa luta — uma briga antiga por causa da cultura. Está ali a Deputada Rejane Pitanga também, que passa por esse problema em casa, não é Rejane, casada com músico, a Deputada sabe muito bem do que estamos falando aqui.

Brasília produz muitos músicos, de todos os matizes. Eu tenho muitos amigos músicos: músicos clássicos, músicos populares. Eu tenho muitos amigos, todos jovens e eles não conseguem vislumbrar um futuro. O professor de música, Tiago França, deixou Brasília e foi para o Japão — ele passou bem pelo terremoto, ainda bem. Ele é um grande amigo meu, músico que toca nas melhores orquestras do mundo, de viés clássico, e não consegue se apresentar na cidade onde nasceu, não consegue fazer isso direito. É difícil, está no teatro, tentou fazer uma apresentação na praça, não pôde. Meu Deus, estão impedindo as pessoas de levarem música clássica, imaginem a popular, tão vítima de preconceito. É muito complicado.

Então, senhores, precisamos nos unir. Eu, primeiro, porque defendo o jovem acima de tudo, e o jovem quer se divertir. O Estado fica com essa mania de colocar a culpa em quem não tem culpa. Se há violência por causa dos bares, é porque o Estado já diz... Há policiais para fechar os bares, mas não há policiais para vigiar. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	19

há problemas no trânsito, ora, o brasiliense tem que se acostumar que, ao sair à noite, em certos lugares, em certas quadras, ele irá se deparar com um trânsito maior, porque o homem tem precedência sobre a máquina e ponto final! Motorista é que ande devagar! Ele é maior, é mais pesado, é mais forte e está numa relação desigual com o pedestre. Então, que haja só uma faixa, sim, para o carro se locomover, mas em horários definidos, dentro de regras definidas, porque não podemos nos secar a esse ponto, pois é isso que estão fazendo com todos nós brasilienses. Estamos ficando pessoas secas, sem acesso à cultura, sem espaço para nada.

Então, é isso, Deputado Cláudio. Eu acho que essa luta só começou... já tem dado alguns resultados, não é? Este Governo de esquerda, nós temos muita esperança nesse Governo, vamos brigar até que a cultura seja tratada de maneira decente. Eu tenho a certeza de que o Governador Agnelo Queiroz será sensível a essa causa, porque não apoiamos um governo de esquerda para que a cultura fosse tratada como era tratada nos tempos da ditadura de extrema direita no nosso País.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – É por essas e outras que S.Exa. é Líder do meu Bloco. Muito obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

O Rênio falou há pouco sobre uma questão que ele pediu, a questão da criação da Comissão de Cultura. Só para os senhores entenderem, hoje, em termos de proposições, a cultura não é tratada como tema de comissão. Ela é um subtema dentro da Comissão de Assuntos Sociais, infelizmente. Agora, a boa notícia é que um projeto de resolução, de nossa autoria, de 2009, já foi relatado com parecer favorável, está na Ordem do Dia para a criação da Comissão de Cultura. Isso foi fruto desse trabalho da Frente Parlamentar, de diversos Deputados pedindo a relatoria. E tão logo a Casa consiga votar, consigamos votar, a nossa atividade de votação, tenho certeza de que os Deputados aprovarão esse projeto de resolução e, enfim, teremos uma comissão de cultura dentro da Câmara Legislativa. Isso é algo que nos deixa satisfeitos e esperançosos.

A Frente tem se desdobrado, às vezes com poucos Deputados, mas aguerridos, que estão se movimentando nas mais diversas audiências públicas, comissões gerais, em diversos projetos de lei que possam beneficiar o segmento cultural de uma maneira geral. Enquanto não temos a comissão, vamos trabalhar com a Frente. E mesmo com a comissão, a Frente permanecerá para que esses eventos, essas audiências continuem suscitando o debate dentro da sociedade do Distrito Federal.

Eu gostaria de informar à Assembleia que o nosso Cerimonial coletará inscrições para uso da palavra ao final dos discursos dos membros da Mesa. Nosso prazo regimental para a Assembleia é de 3 minutos para o uso da palavra e o nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	20

Cerimonial receberá até 3 ou 4 inscritos. Quem estiver interessado é só levantar a mão e se dirigir ao Cerimonial, que percorrerá a galeria.

Vamos continuar com o registro de presenças. Registro as seguintes presenças: Lígia Pinheiro, professora de canto e estudante de fonoaudiologia; Rodrigo Cruz, proprietário do bar Chopin; Tamara Pereira Saraiva, cantora; Esdras Nogueira, músico; Maria Aparecida Albuquerque, Diretora-Geral Adjunta da Agefis. Quero agradecer, não só ao técnico que esteve aqui, mas também, na pessoa da Maria Aparecida, a presença da Agefis, que não se furta ao debate. Para nós é importante a presença da Agefis, como disse o Rênio, para que ela também ouça as ponderações. Nenhuma pessoa é perfeita, tampouco órgão algum é perfeito. Precisamos ajustar condutas, sim, saber de excessos ou não e, ao mesmo tempo, também receber elogios. A Agefis é uma peça importante nesse processo de legalização, de retorno à legalidade do Distrito Federal. Registro, ainda, a presença de Régis Torres, músico; Fábio Fuzeira, Secretaria de Comércio e Meio Ambiente, representando aqui o Deputado Rôney Nemer, que também é membro da Frente Parlamentar e um profundo defensor desses pleitos; e Eduardo Feitosa, da Administração do Núcleo Bandeirante.

Neste momento, passamos a palavra ao Diretor de Fiscalização do Instituto Brasília Ambiental, Sr. Aldo Fernandes.

SR. ALDO FERNANDES – Boa-tarde a todos, boa-tarde Deputado Cláudio Abrantes, boa-tarde aos demais membros da Mesa, sobretudo um boa-tarde especial ao Rênio. Para quem não sabe, eu e o Rênio fomos vizinhos durante muito tempo. Eu já frequentei muitos *shows* do Rênio e da Célia. Estou falando isso para acabarmos com essa crença de que nos órgãos de fiscalização ou nos órgãos governamentais há pessoas insensíveis e que não gostam de cultura; para acabar um pouco com essa ideia.

Na verdade, o Ibram trabalha, sobretudo, pautado na Lei nº 4.092, de 2008. Como é desenvolvido o trabalho do Ibram? Lá, recebemos denúncias, requisições do Ministério Público sobre pessoas que vão ao Ministério Público reclamar, ou o próprio cidadão pega o telefone e liga direto para o Ibram. Pela lei, pela legislação, temos que apurar. Essa apuração é feita através da medição dos níveis sonoros com equipamento aferido. Rênio, nosso equipamento é mandado para São Paulo para ser aferido pelo Inmetro. O que você disse sobre o computador, de tirar as curvas, tudo isso é feito. Nós trabalhamos dentro das normas, no caso a NBR 10151 da ABNT, e nossas medições e o trabalho dos nossos auditores são todos pautados nas normas. Não existe nenhum “achismo”. É tudo tecnicamente bem feito.

Uma vez constatado o excesso de barulho, ruído, a própria Lei nº 4.092, de 2008, prevê as autuações para quem está acima dos níveis sonoros permitidos. Essas autuações podem ir desde uma advertência até a interdição do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	21

estabelecimento, passando por multa, interdição do equipamento, apreensão do equipamento que está fazendo o barulho.

Normalmente, o Ibram não autua com interdições na primeira vez. Isso não acontece. É praxe, é nosso procedimento seguir as 3 fases de autuação, ou seja, primeiro o estabelecimento é advertido de que o som está um pouco ou muito acima do permitido pela Lei nº 4.092; num segundo momento, quando voltamos ao local e constatamos que o problema permanece, aí é feita uma interdição do som, digamos assim — já na segunda autuação, interdita-se o som, deixa-se um auto dizendo que não pode mais executar som ao vivo ou mecânico; e 30 ou 60 dias depois, voltamos ao local para ver se o problema ainda existe. Aí sim, nessa terceira volta ao local, alguma medida mais drástica, como a interdição do estabelecimento, é tomada.

Eu queria também esclarecer que, nessas autuações, o autuado tem todo o direito de defesa dentro do processo administrativo que é gerado no Ibram, em que ele fala, defende-se e contesta. Isso é analisado pelo auditor que autua e, no final, julgado pela nossa procuradoria jurídica, quando sai a decisão que diz se aquele auto de infração é, digamos assim, procedente ou não.

A primeira fala foi do nosso colega da Agefis. Eu queria dizer o seguinte: grande parte do trabalho do Ibram acontece porque, em fases anteriores, o que deveria ter sido seguido não foi. Por exemplo, a Lei nº 4.092 fala claramente que a emissão de um alvará para música ao vivo ou mecânica deve ser precedida de vistoria da Administração para verificar se o local tem isolamento acústico, e, geralmente, os alvarás são emitidos — eu acredito até que os alvarás tenham sido emitidos antes da Lei nº 4.092, de 2008 — sem se atentar para isso. Então, às vezes, o som está vazando do estabelecimento porque ele não tem o revestimento, mas sem conhecimento dele. Foi uma falha na fase de concessão do alvará. Isso acaba refletindo onde? Lá no Ibram. As denúncias começam a chegar, o Ministério Público começa a cobrar, cobrar, e cobrança do Ministério Público, vocês sabem, é prazo sob responsabilidade da gente, e se a gente não cumprir... Infelizmente, nós somos executores da lei. Nós temos de fazê-lo.

Eu queria aproveitar a oportunidade, e falo até em nome do Presidente do Ibram, Dr. Moacir Bueno, para dizer o seguinte: o Ibram se encontra aberto ao debate, ele não vai se furtar ao debate, e está também na busca de um caminho que atenda e contribua para todos, tanto os músicos e os empresários quanto os moradores próximos que têm problemas com barulho. Não vamos fugir do debate. Acreditamos que o melhor caminho é uma solução para todos.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Aldo.

Nosso agradecimento também ao Professor Moacir, do Ibram, que sempre esteve presente em todas as audiências e comissões que nós tivemos a oportunidade de propor nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	22

Eu gostaria de registrar a presença de Márcia Fernandez, assessora da Deputada Eliana Pedrosa, que também nos auxilia e nos ajuda muito nessa questão cultural, um viés de trabalho da Deputada; Patrícia Alves, assistente parlamentar da Fecomércio; Pablo Feitosa, administrador do Centro Cultural Raízes; Allan de Quadras Junco, músico; Edmilson Batista Santos, de Planaltina; Flávio Resende Costa, empresário do 061 Bar e Restaurante; Jaime Recena, Presidente da Abrasel. Registro também a presença do Administrador de Planaltina, que, muito preocupado com essas questões, está aqui no meio de nós, o professor Nilvan Vasconcelos.

Eu agora convido para fazer uso da palavra, representando o Secretário de Estado de Turismo, o Sr. Subsecretário de Estado de Turismo, Paulo Tarso Castilho.

SR. PAULO TARSO CASTILHO – Boa-tarde a todos. Eu quero parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pela realização desta comissão. Estou aqui representando o Secretário de Turismo, Luis Otávio Costa Neves.

Eu tenho a dizer que a Secretaria de Turismo está muito atenta a essas movimentações que estão ocorrendo na área de bares, restaurantes, músicos porque é de importância para o turismo. Brasília tem essa veia. Acho que poderia se manter dessa forma. Uma coisa que deveria ser feita, Deputado Cláudio Abrantes, que é importante, é colocar em pauta novamente o Projeto Orla — não que isso retirasse os bares das comerciais —, que seria mais um atrativo muito bom e que está parado há quase 15 anos. É um espaço fantástico para agregar toda essa área pulsante da música de Brasília. É um espaço que deveria ser retomado. Esse projeto está parado desde 1997, se não me engano, e foi totalmente destruído. Não só aquele espaço, mas como um todo — são 11 polos. É uma coisa que deveria ser retomada de uma forma rápida.

O Deputado Cláudio Abrantes falou aqui de uma questão que é muito importante: a abertura da Copa do Mundo. Mas tão ou mais importante, que nós estamos quase conseguindo, é representar a Central de Mídia em Brasília. Brasília pode receber a Central de Mídia. Para se ter uma ideia, eu não sei qual foi a cidade na África do Sul que recebeu 18 mil profissionais de mídia, mas são 18 meses até o ápice da Copa do Mundo, até o começo da Copa. Em Brasília, a Capital do Brasil, que é pentacampeão, próxima do Uruguai, que é bicampeão, da Argentina, que é bicampeã, seria coisa de 36 mil profissionais de mídia que ficariam 18 meses aqui. Então, é uma coisa em que se tem que pensar, e rápido. Os órgãos têm que... Brasília tem que ser... Acho que a Câmara Legislativa, a própria Secretaria de Turismo, a Secretaria de Obras, a Novacap, a Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Cultura têm que começar... Esse é um empreendimento gigantesco e fantástico. Quando se pensou em Brasília na Copa do Mundo, eu imaginei guindastes; eu quero ver obras. E estamos com 5 meses. A Copa das Confederações é em 2013. Nós temos que arregaçar as mangas e ver se isso acontece.

No mais, a Secretaria de Turismo está à disposição. Boa-tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	23

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Paulo, pela presença. Leve o nosso abraço ao Secretário Tavinho, como ele é conhecido carinhosamente, também pelo trabalho que tem desenvolvido para colocar Brasília dentro desse circuito.

Eu gostaria de acrescentar mais um tema, Paulo. Você falou sobre a questão do Centro de Mídia. No imaginário de muita gente, na visão média da população, fala-se muito em Copa do Mundo, Copa do Mundo, 2014, 2014, mas no fundo, no fundo, já está acertado que nós teremos um evento de grande porte aqui em 2013, que é a Copa das Confederações. Brasília é sede da Copa das Confederações, que é um evento teste, no qual a FIFA faz a aferição se está tudo Ok.

Então, em 2013, nós já teremos uma dura missão, uma dura prova – muito bem lembrado – para abordarmos realmente essas questões que estão sendo levantadas. Ao mesmo tempo, teremos a Copa de 2014. Em 2015, já está confirmada a Copa América em Brasília, um evento da Conmebol. Brasília será sede da Copa América em 2015, e, no ano das Olimpíadas, em janeiro de 2016, é tradição que o torneio de futebol seja disputado em cidades fora da sede, e só a abertura e a final na cidade sede, que seria o Rio de Janeiro. Brasília, muito provavelmente, será cidade sede do torneio de futebol das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Então, nós temos aí, só no campo do futebol...

SR. PAULO TARSO CASTILHO – Só para lembrar que, assim, a central de mídia da Copa, ficando em 2014 aqui em Brasília, ficará também para as Olimpíadas do Rio de Janeiro. É muito chão e são muitos eventos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – E aí é muito interessante e muito bacana quando é falado que muitas pessoas, quando pensam em Copa do Mundo, pensam em obras. Eu volto a salientar a visita que nos foi feita aqui por representantes de Parlamentares da África do Sul, acho que no mês de abril, se não me engano, e os Deputados, todo mundo curioso, perguntavam: “qual foi o maior legado, o que foi mais importante?”, e todos, em uníssono, responderam que não foi estádio, obra de infraestrutura, não foram os dólares e euros que foram gastos lá. O mais importante para eles e para a população na África do Sul foi a possibilidade de mostrar ao mundo a cultura da África do Sul. Isso os encheu de orgulho. Creio que esse é caminho que devemos seguir também.

Eu gostaria de fazer a leitura da Mensagem que acabei de receber.

“Brasília, 26 de maio de 2011.

Parabenizo o Sr. Deputado Cláudio Abrantes” e todos os integrantes da Frente Parlamentar em defesa da cultura “pela iniciativa da comissão geral para debater a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal.’



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	24

Acredito que essa ação será mais um passo da Câmara Legislativa em direção à resolução do problema que vem assolando nossa comunidade.

Informo que, em razão de outros compromissos assumidos anteriormente, infelizmente não poderei participar dessa comissão geral, mas solicito a gentileza de cumprimentar em meu nome todos os presentes e informar que apoio toda e qualquer iniciativa que atenda às necessidades dos cidadãos brasilienses.

Atenciosamente, Eliana Pedrosa, Deputada Distrital”.

Meu muito obrigado à Deputada Eliana Pedrosa. Está devidamente registrado.

Quero aqui, também, registrar a presença de um grande defensor da cultura, que sempre está ao nosso lado em todas as ações de cultura e, que, felizmente, é Vice-Presidente desta Casa, o nosso querido amigo, Deputado Dr. Michel. Seja bem-vindo a esta comissão geral. V. Exa. que sempre está ao lado da cultura do Distrito Federal. Muito obrigado por sua presença.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Nós faremos parte do bloco, pode ficar tranquilo.

Concedo a palavra ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado de Trabalho, o meu amigo Sr. Glauco Rojas.

SR. GLAUCO ROJAS – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer enorme estar aqui hoje. Eu quero cumprimentar a Mesa na figura do Deputado Cláudio Abrantes e também fazer um agradecimento de público, porque as políticas de trabalho e emprego foram há muito tempo escanteadas na discussão do desenvolvimento do Distrito Federal. E, agora, discutem-se em outros termos e outros parâmetros essas políticas públicas de emprego e renda.

Eu tenho tido a possibilidade de contar com grandes parceiros nessa discussão, porque é uma discussão que tem muitos setores, e, em cada setor, eu tenho tido bons parceiros para poder discutir e formular políticas juntos. No que tange à cultura, o Deputado Cláudio Abrantes tem sido o meu grande parceiro nessa formulação, tem me ajudado a construir e a pautar políticas de cultura. Eu fico muito preocupado no momento. Hoje sou o Secretário de Trabalho mais jovem do País, então, sou um consumidor, sou alguém que frequenta a noite da cidade, vivo a vida cultural da cidade. E tudo o que vem do Estado — o Poder Judiciário, o Executivo — é sempre muito restritivo, é tudo sempre cortando, ceifando. Sempre! E eu tenho hoje a tarefa de desenvolver e impulsionar o emprego na cidade, a qualificação, a intermediação de mão-de-obra.

Diante desses grandes eventos que a cidade vai receber, sabemos que não se prepara uma cidade em 6 meses, e nós temos pouco menos de 4 anos para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	25

prepará-la para uma sequência de vários eventos internacionais. Como fazer se o Estado — e aí não estou falando de governo, mas do Estado — enxerga, muitas vezes, essa discussão quase criminalizando a atividade artística? Como superar essa contradição? Ou seja, agora eu tenho certeza de que é uma posição de governo, mas também é uma posição da cidade, que já não consegue mais suportar essa restrição ao seu próprio desenvolvimento, inclusive cultural, artístico e de entretenimento. Esta é uma discussão muito precisa, muito acertada, e eu estou contente em estar aqui hoje ouvindo e aprendendo nesta tarde com vocês nesta iniciativa do Deputado Cláudio Abrantes, pois esse é um tema central.

Como já se falou aqui, esta é uma discussão que teremos, e muitos dos senhores desde já estão convidados a travá-la conosco: a economia criativa. Falou-se aqui em economia de cultura, estamos trabalhando lá na Secretaria com o conceito de economia criativa, que é simplesmente o maior movimento econômico contemporâneo que existe. Como começar e travar uma discussão dessas em grande escala se não conseguimos superar os pequenos gargalos que hoje impedem os artistas de se apresentar em um bar, por exemplo? Como fazer uma discussão de grandes temas se ainda estamos presos aos que deveriam ser pequenos temas? No entanto, estamos todos reunidos aqui hoje para discutir alvará, fiscalização, poluição sonora, etc. Ora, é uma contradição que a cidade precisa resolver. Quero dizer que a Secretaria do Trabalho cerra fileira ao lado dos artistas, ao lado de quem emprega na cidade, ao lado de quem desenvolve o entretenimento, a arte e a cultura. Eu quero participar de todas as discussões que envolverem esse tema, e não numa visão que a história já superou.

Eu estou citando isso, porque estive, na semana passada, com os grafiteiros. Nós vamos agora reabrir o microcrédito, e eles poderão ter acesso ao crédito. Todo olhar sobre o grafiteiro sempre foi um olhar social e quase caridoso. Eu os reuni e lhes disse: “Estou reunindo vocês para conversar e não quero fazer caridade com eles, vocês não precisam! Vocês são um setor econômico da cidade que tem de ser respeitado e enxergado pelo Estado como tal.” A partir daí, eles poderão pegar microcrédito, porque um artista gráfico, um grafiteiro que pega mil reais, transforma-os em seis, sete, porque vende o fruto de seu trabalho e devolve o dinheiro ao Estado. Ele se desenvolve e gera o seu sustento, pois essa foi a maneira que encontrou de entrar na vida. O Estado não pode cegar-se para esse grande movimento econômico complexo que precisa ser discutido e dissecado, que é a economia criativa. Nós estamos dispostos a travar esse debate.

Então, esse fórum aqui hoje, Deputado Cláudio Abrantes, é um momento histórico, porque reúne aqui artistas, Governo e Parlamento, onde se amadurece a legislação muitas vezes restritiva. Estávamos falando há pouco que é preciso também parar de enxergar esse grande movimento econômico com restrições, pelo contrário, todo o esforço que pudermos fazer para incentivar, para potencializar, para permitir em vez de proibir tem de ser feito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	26

Então, deixo essa contribuição aqui, a primeira de muitas, pois espero ser convidado para outros debates como tal. Essa é uma discussão que nós queremos travar com vocês, artistas, com a indústria receptiva, com o setor receptivo de Brasília. Quando se fala de Copa do Mundo, todos pensam primeiro nisso. É a primeira coisa que vem à cabeça. Claro que sabemos que existe uma série de outros setores que serão atingidos em cadeia. A cidade inteira será movimentada por essa sequência de grandes eventos internacionais, mas o primeiro setor em que qualquer pessoa pensa é o setor receptivo. Que contradição! Vamos receber um grande evento internacional ou vários eventos internacionais e nós, o Estado, tratamos de maneira restritiva esse setor. Esperamos que Brasília consiga receber e vencer esse desafio, mas, ao mesmo tempo, restringimos e restringimos a atividade do setor. Não é mais possível! A cidade não permite mais esse tipo de pensamento.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Glauco, grande amigo. Ficamos muito felizes com essa posição avante, contemporânea. Isso nos enche de esperança de acharmos uma solução.

O Glauco citou o exemplo do grafite. Hoje mesmo foi falado de uma lei promulgada que trata de restrições à venda de *sprays* para menores. Criou-se uma maneira de que essa restrição não atingisse de forma tão forte o grafiteiro. Aquele que produz, que evidentemente faz arte, que está ganhando o próprio sustento, precisa ter um tratamento diferenciado. Há diversas leis que dão tratamento diferenciado. Agora mesmo, Glauco, estamos votando nesta Casa a lei da pequena e microempresa, que dará justamente um tratamento diferenciado ao micro e pequeno empreendedor. Temos batido na tecla e todo mundo respeita o direito de as pessoas terem tranquilidade, mas precisamos achar um meio para que essas restrições não sejam tão firmes e tão contundentes com um segmento que produz muito. Volto a dizer que é uma preocupação premente em todos nós, sobretudo com o avançar da hora em que Brasília estará exposta ao mundo. Como disse o Rênio, Brasília estará exposta ao planeta inteiro. Hoje já estamos de uma forma pontual, mas já entramos na rota dos grandes *shows*. Quantos e quantos artistas internacionais já não passaram aqui recentemente! O Rênio está falando que só faltou o Paul. Eventos esportivos de grande importância. Embora o tema não seja esportes, quero saudar mais uma vez nossa equipe de basquete, que orgulha hoje todos os brasilienses pelo tricampeonato nacional. Enfim, Brasília está em evidência no Brasil e no mundo. Devemos estar realmente atentos. Vejo com muito bons olhos esse pronunciamento aqui.

Passaremos a palavra às pessoas que se inscreveram. Eu farei agora o papel de chato. Como estamos com a hora avançada, vou pedir atenção. Sei que todos têm uma contribuição muito importante para dar a este debate, mas pediremos que estejam atentos ao prazo regimental para que possamos dar oportunidade a todos. Acabamos excedendo o número de inscritos. Temos mais dois inscritos, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	27

pediremos o cuidado para que as pessoas que façam uso da palavra sigam o prazo regimental. Sei que é curto. Às vezes, também sofremos quando, como Deputados, temos de usar a palavra e o presidente pede para concluir. Gostaríamos de pedir a atenção a fim de dar oportunidade a todos. Havia uma previsão de 3 ou 4, mas acabamos democraticamente inscrevendo 8 pessoas. Para dar oportunidade a todos, pedimos que sigam estritamente o prazo regimental de 3 minutos.

Concedo a palavra à Assessora de Comunicação do Ibram, Sra. Rayssa Tomaz.

SRA. RAYSSA TOMAZ – Boa-tarde a todos, Deputado, Mesa. Eu queria só colaborar com alguns pontos que o nosso diretor de fiscalização tratou durante a sua palavra.

Primeiro, ao Secretário Rojas, poluição sonora é meio ambiente. Meio ambiente não é uma questão muito pequena, tá? Só estou refutando um pouco a frase que o senhor comentou.

Aos músicos, a toda classe, aos bares, nós somos frequentadores da cultura também da cidade. Eu sou supernova, tenho vários amigos que são músicos, frequento bares; inclusive, eu conheço alguns dos músicos que estavam aqui. Assim, eu acho que é muito complicado: como nós somos executores da política, temos que responder, infelizmente, pelo mesmo ônus da questão.

Aqui ao meu lado estão dois auditores fiscais do Ibram que trabalham com poluição sonora. O que tem que ficar muito claro para todo mundo que está aqui é que nós não somos um órgão punitivo, somos um órgão muito maior, um órgão de educação, de prevenção, um órgão que trata também de saúde, saúde ambiental. Nós temos uma subsecretaria, agora, na Secretaria de Meio Ambiente. Então, a preocupação com isso é muito ampla.

Vocês falaram um pouco sobre essa conversa – o Aldo até comentou – de nós estarmos abertos ao diálogo. Nós, lá no Ibram, através da Assessoria da Presidência, estamos organizando fóruns setoriais para o licenciamento ambiental, que todos os empreendimentos são obrigados a ter a concessão desse documento. Nós estamos abrindo o diálogo com todos os setores. Nós tivemos um ontem. Muita gente estava lá prestigiando o evento sobre postos de combustíveis. Os bares são um dos setores. Nós entraremos em contato com o sindicato dos bares, dos músicos, até com a Secretaria de Trabalho para participar dessa discussão conosco.

Outra coisa que eu só queria citar é que a próxima ABNT, a NBR 10151, que não foi publicada ainda, trata sobre a construção civil e cobra que as construtoras tenham, desde o princípio de suas obras, o isolamento acústico externo. Isso quer dizer que dentro dos imóveis não deverá entrar o som. Ela não foi publicada ainda. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	28

Outra questão – como assessora de comunicação, acho muito complicado até assumir este papel aqui, estou falando até em nome dos nossos auditores – é em relação a um dos bares, o Café da Rua 8, que foi citado. Nós dialogamos bastante com a proprietária, a Sra. Eva. Não sei se ela está aqui. O Café da Rua 8 tinha duas autuações, só no último ano, de poluição sonora excessiva. O Aldo até explicou que nós fazemos um trabalho gradativo; nós não chegamos e fechamos. Há todo um trabalho pedagógico, uma conversa.

Sobre a truculência, respondendo ao Rênio Quintas, este aqui é o nosso auditor, e nós fazemos ação com a PM porque como eu vou mandar um auditor sozinho fazer um papel desses? Eu acho que isso é bem complicado. Nós temos que prezar pela integridade física de nossos funcionários. Até a própria Agefis também nos ajuda. Não é de responsabilidade total, mas é de responsabilidade da Agefis dividir esse trabalho conosco. Isso é uma coisa que até temos batalhado muito com o nosso diretor de fiscalização, porque se fiscalizam alvarás, então, o primeiro momento tem que ser passado com vocês.

Com relação ao Café da Rua 8, inclusive, a medição apontou mais de 60 decibéis dentro da residência de um morador. Isso é muito grave. O problema de poluição sonora, infelizmente, causa diversas doenças – nossa! fui até muito enfática nas doenças – e isso é muito preocupante para nós. A questão do meio ambiente e a poluição sonora são muito preocupantes. Com a qualidade do meio ambiente de forma geral no Distrito Federal temos muito cuidado.

Então, eu espero contar com a colaboração de vocês. Estou à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Quero registrar a presença também da Gabriela Regina, que representa o Deputado Evandro Garla, que também faz parte da Frente Parlamentar, nosso companheiro aqui na Câmara Legislativa; o Leandro Nogueira, Presidente da ABBROCK, Associação Brasileira de Bandas de Rock. Haverá um evento no sábado, dia 28, no Museu da República a partir das 14 horas. Vamos fazer um *merchandising* aqui do evento.

Concedo a palavra à professora de música e canto, Sra. Lígia Pinheiro.

SRA. LÍGIA PINHEIRO – Muito boa-tarde a todos. É uma satisfação estar aqui presente. Sou professora de música e de canto e agora, através do canto, fui para a fonoaudiologia, o que me deixa muito satisfeita.

Primeiramente, vou falar um pouco da poluição sonora. Nós fomos à pesquisa de campo em alguns *shoppings* em Brasília, escolas públicas, escolas particulares. Dentro das escolas, dentro dos *shoppings* a gente fez uma medida a mais de 80 decibéis. O pessoal está falando muito dos bares. Dentro dos bares, ela acabou de falar, deu 60 decibéis, e o nível de 60 decibéis não afeta a audição, dentro de casa também; o de 80 decibéis é que vai realmente afetar os capilares da audição. Temos de prestar atenção, essa discussão é muito séria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	29

Em relação à cultura, eu queria dizer que os músicos estão precisando de união, harmonia para que a gente possa realmente conseguir defender a nossa área, em relação a espaços para divulgar a cultura, principalmente regional. A gente precisa dos espaços, a gente precisa dos bares. Vamos ter cuidado e deixar esse espaço aberto para que a gente possa mostrar a nossa cultura, principalmente aqui de Brasília. Se você for a Ceilândia, ou ao Paranoá ou a Planaltina, qualquer região aqui tem muito jovem precisando mostrar a sua cultura. Então os bares, os teatros, toda essa região, as casas de *show*, vamos batalhar para que possamos ter essa oportunidade, esse espaço.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Lígia. A Lígia também é frequentadora dos eventos da Frente Parlamentar, não é a primeira vez que ela está conosco. Agradecemos muito sua presença.

Concedo a palavra ao proprietário e administrador do Centro Cultural Raízes, Sr. Pablo Feitosa.

SR. PABLO FEITOSA – Depois de uma voz bonita como essa eu falar é até chato. Vou tentar ser rápido por causa do tempo.

Vou falar sobre o que disse o Clayton quando falou da falta de diálogo entre os órgãos. Lembro que em 2004 Brasília ganhou o título de Capital da Música pelo então Ministro Gilberto Gil. Isso foi numa quarta-feira, e dois dias após, numa sexta-feira, eu estava sendo multado oito horas da noite pela Agefis em R\$ 1.200,00 por ter música ambiente. O meu computador com as duas caixinhas estava ligado, e fui multado em R\$ 1.200,00. Por quê? Porque passei oito meses esperando a Administração de Brasília me dar o alvará para funcionamento. Mudei de lugar. Saí da 110, fui para a 408 norte. Há quatro meses estou trabalhando com protocolo esperando o alvará, que até agora não me saiu. Detalhe: aconselhado pelo contador a pedir alvará sem música para depois tentar música ambiente.

O caso da 408 que ela citou aqui: foram quatro bares fechados um dia antes do aniversário de Brasília. Desses quatro, dois estavam sendo convidados para compor a praça da alimentação da festa oficial do aniversário de Brasília, o Café da Rua 8 e o Café Senhoritas. Ambos tinham música ao vivo, e outros dois foram fechados sem música ao vivo. No Café Senhoritas, cinco músicos ficaram sem tocar nessa noite e por 10 dias consecutivos; no Café da Rua 8, mais quatro músicos. Somando-se os funcionários do Café Senhoritas – seis, mais um caixa e um gerente –; do Café da Rua 8 – oito funcionários –; do Cenário – cinco –; do meu bar – três –, deu um total de 22 funcionários. Mais os músicos, 31 trabalhadores passaram 10 dias sem ter o que fazer por causa do Ibram. Como foi feita a medida? Eu estava no dia, foi na minha área e eu estava presente. O Ibram tinha notificado os bares em outubro de 2010. Em abril de 2011 o Ibram fez a medição dos decibéis do estacionamento, debaixo dos prédios. Nós vimos e ficamos de olho para saber o que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	30

eles estavam fazendo. Foi quando o Delegado Marcelo, da 2º DP, veio informar qual era a ação: era a medição do Ibram, dos decibéis das casas. No dia 20 de abril, eles foram às casas, sem ter comunicado que fizeram a medição, a segunda medição. A primeira tudo bem, foram notificados. Na segunda medição, nenhum proprietário foi informado. Nenhum proprietário foi informado de que estava sendo feita a medição, e de que a casa dele estava errada. Na terceira visita do Ibram, eles já foram para fechar, lacrar e multar os estabelecimentos. Foi dessa forma que foi feito. Por isso que eu gostaria que a Rayssa tivesse ficado aqui para escutar.

Em questão de fechar a casa, tenho exemplo aqui de duas casas: o Hangar 18, que era no final da Asa Sul, que passou dois anos funcionando sem conseguir alvará de música, e o Área 51, que estão fechando suas portas. São um total de 87 funcionários que estão indo abrir em BH, Belo Horizonte, a casa deles, porque lá eles tem alvará 24h, com direito a música mecânica e ao vivo. É difícil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Pablo Feitosa.

Ainda abrindo espaço para os oradores inscritos, eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra o Diretor da Mídia.com, Sr. Márcio Leal.

SR. MARCIO LEAL – Boa-tarde, eu só tenho duas coisinhas para falar: uma reforçando o que o Rênio colocou, e que agora o Pablo reforçou: arrumar processo, tirar o alvará, licenciamento, isso tem que ser uma coisa que não pode ser complicada. O cidadão tem o direito de acessar o Governo, tem o direito a fazer os pedidos, e isso tem que ser um processo simples. Eu não posso, enquanto cidadão, depender de um terceiro, de um intermediário, porque isso não é geração de mercado. Isso é geração de intermediário, mesmo, ou seja: estou colocando um cara, pago "X" para o cara poder rodar para mim dentro dos órgãos públicos. Não tem lógica isso, tem que ser um processo simplificado. A burocracia não é ruim, a "burrocracia" é ruim. É ruim quando você tem que fazer um trabalho burro por conta de um problema de articulação do Poder Executivo. O Poder Executivo tem que se articular.

Quando o Glauco coloca a questão da economia criativa, a gente fez uma conferência de cultura em que esse tema não foi tratado. Foi vista a cultura como uma coisa etérea. E a economia da cultura? Quer dizer, o desligamento está dentro do próprio Governo enquanto executor, se o Governo não se organiza e coloca esses pontos dentro de um processo organizado, a gente não vai andar. E no seu papel, a Casa Legislativa tem que apoiar e tem que fazer as leis necessárias para que isso se resolva.

A questão de Ibram, a questão Agefis, eu acho que eles cumprem uma lei. A lei tem problemas: arrume-se a lei. Certo? Eles têm problemas de processo, o que tem que ser resolvido – como algumas pessoas já colocaram aqui –, mas aí é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	31

questão de gestão. Certo? Mas eles cumprem uma lei. A lei diz uma coisa, faça-se a lei. Ok?

Outra coisa que eu queria ressaltar, que o Clayton colocou, e esse ponto não foi muito levantado aqui: que é a questão do espaço público. A gente tem um processo de especulação imobiliária na cidade, e no Brasil todo, enorme, em que cada vez mais se perde os espaços públicos para residências. Eu tenho alguns exemplos que sempre cito, que é o Setor Hoteleiro Turístico Norte, onde se transformou um Setor de Clubes em uma área mista. Por quê? Porque o Paulo Octávio me construiu lá o Ilhas do Lago. E aí o Clube de Imprensa e o Clube da Aeronáutica não podem fazer evento, por ele estar no Setor de Clubes. No CA do Lago Norte também.

Quando a gente pega a Lei 4.092, ela não prevê em momento nenhum área específica. É tudo área mista. Brasília só tem área mista? Isso é PDOT? Então, vamos mexer no PDOT, porque aqui a lei só fala em área mista. Área específica é só área industrial. Setor Comercial é área mista? Setor de Diversões Sul é área mista? Como é que a gente está classificado, porque aqui não cita nos anexos da lei. Certo? Isso é questão do Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem que ver isso. Se isso aqui é originário do PDOT, arrume-se o PDOT. Discuta-se decentemente essa cidade. Foi uma cidade que foi planejada e que hoje é "feita nas coxas". Não há planejamento depois disso. Planejou-se no início; a partir daí, cada um vai fazendo o seu *lobby*, e sua pressão, e vai andando a cidade. Não é assim que funciona. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Márcio.

Eu quero aqui falar da questão do PDOT, Márcio, e informar que o PDOT vai ser reenviado para esta Casa para atualização de determinados pontos que foram considerados inconstitucionais, sofreram uma ADIN. E deve se abrir. Nós não sabemos o formato ainda. Vai passar pela comissão que eu presido, que é a Comissão de Assuntos Fundiários. Nós pretendemos, se for possível legalmente, convidar, convocar a sociedade para audiências públicas, em que esse tema será tratado, se possível, sem dúvida nenhuma.

Passo a palavra ao Régis Torres, músico do Movimento de Revitalização da Música de Brasília.

SR. RÉGIS TORRES - Muito obrigado. Não vou me demorar muito. Em primeiro lugar, parabéns, Deputado! Até que enfim alguém da Casa ouviu a gente. Meus parabéns! Muito obrigado pelo apoio. Obrigado à Mesa.

Eu queria falar, em poucas palavras, em primeiro lugar, que eu sou músico na cidade há 34 anos. Eu nunca fiz poluição sonora, eu faço música. Em segundo lugar, eu sou de um tempo em que não se permitia residência em cima de comércio. Eu não vou pagar pela especulação imobiliária desta cidade. Eu não posso, a cultura da cidade não pode pagar pela especulação imobiliária da cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	32

Em terceiro lugar, Deputado, Mesa e comissão, eu gostaria de dizer que a cultura não pode ter porteiros. Você não pode setorizar a cultura. Falaram sobre o Projeto Orla. É um dedo do que pode ser a cultura em Brasília. A cultura não pode ser colocada num local e ser fechada a porteira, como se fosse um curral de música ao vivo. A música tem que brandir em todos os sentidos desta cidade.

Eu gostaria de dizer também que Brasília, para quem não sabe, é uma das poucas cidades no País, se não for a única, em que, absurdamente, precisa-se de um alvará para música ao vivo. Gente, cultura não tem que ter alvará, cultura tem que acontecer.

E, por último, eu gostaria de dizer que os músicos de Brasília querem o caminho do meio. Nós entendemos que a população precisa dormir e que nós precisamos trabalhar. O músico não pode vender limão no sinal. Nós queremos um caminho do meio e acreditamos que pode haver um caminho do meio. Um ajuste de condutas é simples e deve ser buscado dessa forma.

Muito obrigado. Era só isso que eu queria falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Régis, pelas palavras. Conte não só comigo, mas também – tenho certeza – com diversos outros Deputados que estão atentos a este tema. Nós estamos buscando justamente esse caminho do meio, naturalmente respeitando os órgãos de fiscalização e os moradores, mas entendendo que a cultura é o que nos faz diferentes, é o que nos torna vivos, como acabou de dizer há pouco o meu grande amigo Israel Batista.

Passo a palavra ao proprietário da Choperia Maracanã, Luiz Gottschall.

SR. LUIZ GOTTSCHALL – Boa-noite a todos.

Parabenizo o Deputado por esta iniciativa. Acho que ele é uma voz que temos, e temos de ter, porque parece que não temos poder nenhum. Quando o fiscal vai lá e faz alguma coisa, não temos para quem ligar para fazer alguma coisa. Então, é importante ter alguém defendendo a gente aqui na Casa.

Parabenizo o Clayton por essa vitória da anuência da vizinhança, porque eu fiquei oito meses para tentar botar música ao vivo na Choperia e só consegui depois de muita luta, muita conversa. Mas foram oito meses, e quase fechamos por causa disso. Foi um investimento que fizemos por paixão, por vontade, e tivemos muita dificuldade para isso. É impressionante como todo mundo parece querer impedir que funcionemos, que abramos uma casa de cultura ou até outro empreendimento que não necessariamente tenha música ao vivo.

A Agefis já visitou minha casa. Já fomos notificados, chegamos até a pagar uma multa, não por erro da Agefis, mas por erro nosso mesmo, de continuar com a música ao vivo sem ter a autorização, porque nós ficamos oito meses sem ter a autorização. Então, com relação à Agefis, eu não tenho problema nenhum. O único problema que eu tenho é com o Ibram, não necessariamente só com o Ibram, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	33

com o Ibram e com a lei. Porque, se você for aplicar a lei com relação aos decibéis, nenhum bar de Brasília, tendo música ao vivo ou não, vai conseguir funcionar. Nenhum bar! Então, se forem fechar um bar de música ao vivo, terão que fechar todos os bares de Brasília, porque, se formos medir os decibéis depois de darmos dois passos para trás, que é o que o fiscal Bento disse – ele disse que, para medirmos os decibéis, temos que dar dois passos para frente ou para trás do estabelecimento –, se formos medir os decibéis de qualquer bar ou restaurante aberto em Brasília, vai dar acima de 55 decibéis ou 60 decibéis durante o dia. Então, a lei já está completamente errada.

Com relação a esta questão de se colocar alguma coisa nas residências que estão perto de comércio, as residências têm que saber que estão perto de um comércio. Então, aqueles blocos mais próximos de um comércio estão mais suscetíveis a um barulho maior. Então, eles têm que bolar alguma coisa para que consigamos funcionar dentro da lei, mas, para isso, precisamos que a lei seja real, seja dentro da nossa realidade. Então, se o Ibram começa a aplicar a lei de forma cega, cega no sentido de aplicar a lei efetivamente, todos os bares de Brasília terão que ser fechados, porque vão passar do pretendido.

No meu caso, eu ainda planejei, pedi a autorização para o Ibram para ter a casa aberta. Então, foi uma técnica autorizada pelo Ibram para fazer a medição lá. O Ibram autorizou o meu funcionamento. Quando eles foram fazer a fiscalização, eles fizeram a fiscalização de um modo totalmente diferente do que fez a técnica que havia sido autorizada. Então, fazemos investimento na casa... Eu não posso mais fazer investimento na casa, porque eu não sei se o Ibram vai me visitar amanhã, se vai dar dois passos para o lado, se vai medir e vai dar os 65 decibéis, que qualquer outro estabelecimento aberto vai alcançar.

Então, eu quero pedir ao Aldo, a esta Casa e a todos que estão aqui nos apoiando que tenhamos, pelo menos, alguma atitude temporária enquanto não chegamos a nenhum acordo para alterar a lei, que tomemos alguma atitude temporária e de bom senso para proteger os nossos investimentos, as nossas atividades.

Repetindo, infelizmente, de acordo com a lei, da forma como o Ibram interpretou a lei, todos os bares de Brasília vão fechar. A lei não é tão clara na hora da medição, ela não é muito óbvia sobre onde deve ser medido ou não, ela não é muito clara. Então, eu gostaria de realmente chegar a um bom senso, a um acordo para que possamos funcionar. Eu gostaria que o meu estabelecimento pudesse funcionar pelo menos enquanto os trabalhos desta Casa, desta Comissão não resolvem o problema.

Já passou meu prazo. Eu tinha muita coisa para falar, mas vamos ser democráticos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Luiz, obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	34

Nós combinamos que as indagações aos membros da Mesa, para darmos celeridade à sessão, serão respondidas ao final da sessão junto com as considerações finais daqueles que me solicitaram. O Wagner, o Aldo e o Rênio me pediram. Nós temos mais dois oradores inscritos. Sabemos que o tema é extremamente importante, polêmico, mas este debate é necessário para chegarmos a um denominador comum.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL/DF, Jaime Recena.

SR. JAIME RECENA – Boa-noite à Mesa e a todos os companheiros aqui presentes.

Eu acho que muito já foi falado. Eu queria apenas acrescentar algumas coisas, de forma bem sucinta, sobre as pessoas que decidem morar em cima de bares e restaurantes. Elas, às vezes, têm mais direitos que os proprietários. Elas ligam para a polícia, e a polícia vai lá fecha o restaurante de imediato. Então, eu não entendo: se aquela área não foi destinada para moradia, aquelas pessoas não têm que se mudar para lá.

Infelizmente, a colega Rayssa não está aqui, nem os dois auditores, mas temos a presença do Diretor. Ela falou duas coisas que me chamaram a atenção. A primeira é que o órgão é um órgão de prevenção e de educação. Eu nunca recebi o Ibram nas minhas casas com esse intuito. Eu só recebo o Ibram para fechar, para punir. Eu nunca recebi o Ibram lá para fazer uma visita, para tomar um chope ou para tomar um suco e dizer: vamos trabalhar para prevenir.

E, a segunda, é sobre integridade física dos agentes. Até onde eu sei, acho que o Clayton também, nunca ouvi falar em um dono de restaurante que deu porrada ou ameaçou um fiscal, ao contrário, nós é que somos ameaçados! É inadmissível que eu, com uma casa cheia de frequentadores e pessoas de bem, receba a visita inesperada de um agente ou da Agefis ou do Ibram, com 10, ou 15, ou 20 policiais fortemente armados! Isso é intimidação. Isso está errado. Ali não tem nenhum bandido. Ali tem pessoas trabalhadoras que estão, por opção, gastando seu dinheiro, por opção, se divertindo, e nós, como empresários, estamos ali dando opções de lazer para a cidade, opções de turismo, dando opções para que o turista que vem visitar Brasília possa ter um lugar legal para ir. Brasília é o terceiro polo gastronômico do país. Por que não ser o primeiro polo gastronômico? Por que não ser o primeiro polo de música do país?

Eu queria citar outra coisa importante para pensarmos também, Deputado. Sugiro que, num próximo encontro como este, convidemos alguns representantes dos moradores, dos prefeitos de quadra, porque eles, hoje, é que estão contra. Na verdade, existe uma grande hipocrisia, porque aquele cara que mora na quadra ao lado do Maracanã reclama do Maracanã, mas sai para beber no Beirute! E tudo que ele reclama que fazem na quadra dele ele faz na quadra do vizinho! Isso é hipocrisia!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	35

As pessoas têm que entender que o mundo muda e, em todas as grandes cidades do mundo, se faz cultura, se faz música na rua! Vou citar como exemplo aqui Barcelona, as Ramblas da Cataluña, onde as pessoas ficam lá cantando 24h por dia, as pessoas estão lá fazendo teatro, fazendo encenações e as pessoas estão morando do lado. Em Paris é a mesma coisa, em Nova Iorque é a mesma coisa, em Chicago é a mesma coisa. Em Brasília, que é a Capital do Brasil, um país que está aí, vai ser o centro das atenções, a gente não consegue fazer cultura!

Nós, donos de bares e restaurantes, investimos, geramos emprego, geramos renda, acho que o Clayton já falou desses números, mas encontramos enorme dificuldade para conseguir alvará para trabalhar, para conseguir um entendimento com o Ibram. Nós não queremos estar contra o Ibram! Eles falaram que são clientes das nossas casas, e é isso que nós queremos! Agora, o que a gente precisa é modificar essa lei, porque as pessoas precisam entender e ter cabeça para entender que as coisas evoluíram. Você fazer música um dia ou dois da semana, e vou citar como exemplo a quadra 408, que só tem barulho na quinta e na sexta! E, muitas vezes, o barulho não é da música ambiente que vem dos bares. O barulho é das pessoas na quadra conversando, o barulho é de uma série de pessoas cantando parabéns. Aí eu vou chegar para o meu cliente e dizer: "Olha, você que escolheu o meu estabelecimento para comemorar o seu aniversário, por favor, não cante parabéns, porque você vai gerar um prejuízo ao morador que está ali e ele vai ficar surdo". Isso é um absurdo! Então, a gente vai matar as cigarras, não vamos ter o barulho das cigarras, que fazem muito mais barulho que os bares em Brasília. Isso já foi medido.

Eu acho que está na hora de a gente ter uma discussão e buscar o entendimento. Sabemos que o Ibram não tem a intenção de ser contra os bares e que ele está lá para fazer valer a lei. Agora, a gente conta com o seu apoio, Deputado, e com o apoio de todos os Deputados que passaram por aqui hoje, que marcaram presença nesta audiência, para que pensem em como modificar essa lei e como a gente encontrar o caminho do meio que foi citado pelo nobre colega.

Desculpa ter extrapolado o tempo. Aliás, eu gostaria de, na próxima audiência, ser convidado para fazer parte ao lado dos senhores, como Presidente da Associação, tendo em vista que temos quase 300 bares e restaurantes associados. Então, acho que podemos ter um pouquinho mais de tempo para brigar pelos nossos associados.

Muito obrigado. Boa-noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Jaime.

Apenas respondendo a sua pergunta, eu consultei a minha assessoria e eles me confirmaram que diversas associações de moradores foram convidadas para esta comissão geral. Ao que me consta, na leitura das presenças, nenhum representante apareceu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	36

SR. JAIME RECENA – Seria muito bom para nossa discussão se tivéssemos a presença...

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Para haver um contraponto e haver o entendimento.

SR. JAIME RECENA – Claro, e buscar o entendimento. A gente até propôs isso na 408. Estamos trabalhando no sentido de fazer uma reunião com os moradores para procurar medidas paliativas, como plantação de árvores atrás, na frente dos prédios, para quebrar um pouco a poluição sonora, ou seja, há alternativas ambientais viáveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Vamos buscar o entendimento.

Concedo a palavra à última oradora inscrita. Depois, abriremos a palavra às considerações finais e às possíveis respostas, naturalmente pedindo um certo comedimento quanto ao tempo, porque, daqui a pouco, eu não sei se há alguma audiência prevista. Não, não há audiência prevista em seguida, mas o tempo já está... É bom porque mostra que o debate é necessário e interessante.

Então, chamo para fazer uso da palavra, pelo prazo regimental de 3 minutos, a proprietária do Balaio Café e coordenadora da Rede Mulheres pela Cultura, Sra. Juliana Andrade.

SRA. JULIANA ANDRADE – Boa-noite a todas e a todos. Eu sou Juliana, proprietária do Balaio Café. Ele já me apresentou.

Vou contar um caso para vocês rapidinho. O Balaio foi interdito no ano passado. Eu não tive nenhuma notificação. Eu estava recebendo 3 ônibus da Conferência Nacional de Museus. Além de todo o aparato policial e de fiscalização que chegou à minha casa de cultura, o fiscal olhou para a minha cara e falou: "Você não lê o Diário Oficial"? Eu falei: "Como assim? O que está acontecendo"? "O seu alvará está cassado há 30 dias". Então, não me deram um prazo nem de um, nem de dois dias após a cassação do alvará. Para conseguir ler o meu processo, eu demorei quase duas semanas. Além disso, eu fui multada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), R\$ 10.000,00 (dez mil reais), R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, apesar de tudo isso, eu não demiti ninguém das 47 pessoas que trabalhavam comigo naquela ocasião.

Apesar de tudo, eu meu orgulho muito de ser nascida nesta cidade. Há 30 anos eu moro no Plano Piloto. Eu cumpro hoje uma função que o Estado deveria estar cumprindo, que é a de gerar trabalho, gerar cultura, gerar educação. Então, eu tenho muito orgulho neste momento de ser empreendedora no Brasil e muito orgulho de ser estudante da Fundação Getúlio Vargas. Como mestranda — eu estudo Gestão Empresarial, com ênfase em estratégias —, eu estou estudando por que no Brasil hoje, em 2011, empreender é sinônimo de ter contatos no governo local. Assim, é uma odisséia abrir um empreendimento hoje no Brasil. É impressionante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	37

como os critérios nos são negados a todo momento. Se você vai abrir hoje um restaurante e pergunta: “Como que tem que ser minha cozinha”? Você não tem informação. Você constrói a cozinha. Depois que você constrói a cozinha, a Anvisa chega lá, manda você quebrar e fala: “Ah, não. Essa parede está errada. Ela tinha que estar aqui e a janela é que tinha que estar aqui”. E isso podia ter sido colocado na sua obra anteriormente. Então, há várias questões com relação a isso.

Eu queria muito saudar os companheiros aqui que colocaram que nós somos na verdade casas de cultura. Eu queria colocar para o companheiro da Choperia Maracanã que, sim, é uma casa de cultura, sim, mesmo sem ter música, porque a gastronomia é uma linguagem, hoje, da economia criativa. Todos os nossos garçons são, sim, agentes culturais, porque é na mesa de bar — e eu também tenho essa tese montada e a estou desenvolvendo — que hoje nós criamos pensamento, que trocamos ideias sem mediação do Estado, sem mediação de mídia, sem mediação da igreja. A mesa de bar, hoje, é um importante espaço cultural também a ser levado em conta, a ser desenvolvido.

Então, eu pergunto aos Srs. Deputados: “A qual gestor público interessa manter a situação dessa forma”? Quando se interpreta uma lei em nome do direito ao silêncio, negligenciam-se todos os outros direitos — o direito à cultura, ao ir e vir, ao transporte, à educação, à segurança pública, ao trabalho, à vida mesmo, à vida plena das pessoas. Nós falamos muito da cultura, mas, na verdade, são culturas, cultura urbana, cultura da juventude, cultura da noite. Nós já tiramos uma campanha, que não foi levada à frente, chamada Viva a Noite. Gostaríamos muito de implementá-la aqui em Brasília, porque marginalizar a cultura noturna da cidade não condiz com a cidadania do povo.

Eu queria lembrar que hoje, na Espanha, 60 cidades estão ocupadas por milhões de pessoas que estão brigando por vários direitos. Eles têm um *slogan* que eu adoro: “Se não nos deixam sonhar, não deixaremos vocês dormir”. Eu acho que é um *slogan* que nos cabe muito.

Eu queria só complementar com alguns encaminhamentos. Na verdade, eu quis colocar essas questões. Eu queria saber em quais critérios econômicos se baseiam as multas da Agefis e quais são as taxas. Eu tenho uma multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e, para eu lucrar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no meu bar, eu tenho que vender pra caramba, cara! Então, é feito para fechar o bar.

E aí eu queria colocar os meus encaminhamentos. Eu participo de uma militância, que chama Mobiliza Cultura, ligada a várias políticas culturais do Governo Federal. Mas há uma questão muito pontual, que é a reforma da Lei de Direitos Autorais. Quem fiscaliza os direitos autorais, quem faz a arrecadação e a distribuição de direitos autorais é o Ecad. O Ecad hoje foi acusado pelo Ministério da Justiça por formação de cartel. Conversando com alguns juristas aqui do Distrito Federal, fui informada de que a gente pode entrar com alguma sugestão para que essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	38

arrecadação seja feita localmente. Eu queria pedir o apoio de vocês, como legisladores, para que a gente estudasse essa possibilidade de arrecadação e distribuição de direitos autorais localmente.

Eu queria fazer mais alguns encaminhamentos. Que se crie uma comissão, nesta Casa, de anistia às multas, de pagamento do lucro cessante dos bares. O que se fez hoje, no meu Café, não se faz em lugar nenhum. Não há como você fechar o local. Tive mais de R\$ 100 mil reais de prejuízo. Quem arca com isso? Tive que pedir dinheiro para tio, para pai, para mãe, tive que vender carro. Na verdade, o couro curte com isso, e eu não fechei. Estou aqui, “firmona”, e continuo sendo a casa de Cultura, talvez, que mais faz música, hoje, no Distrito Federal, o cineclube que funciona com mais assiduidade, gratuitamente, e que move toda essa cadeia. Tenho muito orgulho disso.

O isolamento acústico poderia ser garantido pelo GDF, quando uma casa colocasse: “Olha, eu quero ter música no meu bar!” Por que não se criarem políticas públicas para isso, via BRB ou via algum fundo? Poderíamos pensar: “Olha, vocês pagam tanto, a gente paga tanto.” Acho que poderia haver uma parceria público-privada nesse sentido. Por que não um fundo para empreendedores locais? Já que a gente quer mesmo ser a capital da Copa, em 2014, já que a gente quer mesmo desenvolver a nossa cultura, já que a gente quer mesmo ser *top* e já consegue imaginar essas possibilidades, vamos formar parcerias de estudos econômicos, políticos e administrativos, para viabilizar isso com seriedade! Acho que a gente tem tudo para fazer isso.

Consultas públicas para assuntos legislativos. Isso é uma coisa que está acontecendo no Governo Federal, e acho que essa Lei do Silêncio poderia ser aberta para consulta pública. Por que não? Participei da consulta pública do novo Código Civil, da Lei de Direito Autoral. É um momento muito importante, em que o povo, efetivamente, atua na lei. Você constrói uma ferramenta tecnológica que possibilita isso.

Hoje, em Brasília, a gente não tem nenhum cinema público, de rua, funcionando com qualidade. No Setor de Diversões Sul, área tombada para diversão e para cultura, a gente tem aquela situação de abandono completo. Ali, a cada cem metros, existe um cinema. Só que a especulação imobiliária está atuando de uma forma que, se você quer alugar uma loja... Eu queria cumprir com esta função de colocar um cinema público para os meus filhos, para os meus pais, para toda a cidade saber quanto é o aluguel. Cinquenta mil reais.

Acho que, como gestores do Poder Público, no Distrito Federal, vocês têm que intervir nessa situação, porque não dá para a gente impedir as pessoas de terem acesso à cultura. Se a pessoa quer ter uma loja, por favor, vá ter uma loja na Asa Norte. Saia daquele setor, que está tombado para ser um setor de diversões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	39

Eu queria montar um dossiê de perseguição aos bares. Que isso fosse encaminhado como um documento para esta Casa, e que a gente pudesse estudar esse dossiê. Sou do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar da Cultura, no Congresso, e gente vai lançar a Frente aqui no Distrito Federal. No lançamento da Frente, vamos fazer um seminário de cultura e democracia. Eu queria chamar esta Casa para ser parceira também desse lançamento, para que esse seminário não seja só um evento simbólico, mas um evento de formação também.

Outro evento que acho muito necessário é o evento sobre produção e distribuição de bens culturais. Eu queria convidar o Ibram a não só atuar no nosso setor, com relação à questão da poluição...

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Nós temos o representante do Ibram na Mesa, ainda.

SRA. JULIANA ANDRADE — Obrigada. Desculpe. Cheguei atrasada. Eu gostaria muito de convidar o senhor para montar algumas ações conjuntas com relação à questão do lixo. Acho que a gente precisa, já que vocês têm essa perspectiva de serem educadores e não só de punir, atuar com relação às outras questões também. Na verdade, o que a gente faz hoje é com a contribuição da iniciativa privada.

Eu tive muita dificuldade com o Ibram, para montar as minhas duas casas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Desculpe insistir, Juliana, mas precisamos seguir com os demais participantes.

SRA. JULIANA ANDRADE — Enfim, é isso. Só para finalizar, agradeço e vamos continuar trabalhando em parceria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado. Desculpe ser o chato da história.

Sobre a Frente, Juliana, pode nos convidar. Temos uma Frente Parlamentar em Defesa da Cultura aqui. O nosso gabinete é o Gabinete 4 e do Deputado Prof. Israel Batista é o Gabinete 23. Estamos trabalhando conjuntamente nessa missão. Podem contar conosco e nos encaminhar esses eventos, que estaremos lá, representados.

Passaremos às considerações finais. Veremos se alguém da Mesa quer fazer considerações finais e responder a alguns questionamentos.

Primeiramente, concedo a palavra ao Wagner.

SR. WAGNER MARTINS – Primeiramente, eu quero falar para todos que a Agefis não quer tratar o empresariado e a categoria dos músicos como marginais da noite. Não estamos marginalizando a categoria dos músicos nem os empresários na área de bar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	40

Concordo com o Aldo Fernandes quando ele coloca que a coisa é uma sequência que vem lá de cima e bate aqui na fiscalização. O que nos acontece, como fiscais? A gente não tem mais tempo para fazer a fiscalização preventiva. Por quê? Noventa e nove por cento das nossas demandas são do Ministério Público, que exige o cumprimento das nossas atribuições, ou do Judiciário.

Reportando-me ao que o Aldo disse, é uma sequência de erros. E essa sequência de erros começa nas legislações que são criadas. Por exemplo: durante esses 3 anos que se passaram, já tivemos 3 leis dispendo sobre licença de funcionamento, alvará de funcionamento. Essa lei que fala sobre licença de funcionamento e alvará de funcionamento é mutável. Todo dia encontra-se uma inconstitucionalidade nas legislações. Precisamos criar leis mais eficazes para tratar do assunto.

Outra coisa: e, aí, já vou de encontro ao que o companheiro Clayton disse a respeito da interdição. Depois que foram criadas a Sefau e a Agefis, foram unificados os procedimentos fiscais dentro do Distrito Federal. Quando a gente trabalhava nas administrações regionais, o fiscal da Administração Regional de Sobradinho tinha um entendimento da lei e a tratava da maneira que ele entendia. O fiscal de Taguatinga já a tratava conforme o entendimento dele.

Com a criação da Agefis, foi elaborado um manual de procedimentos fiscais, e o procedimento utilizado em Taguatinga é o mesmo utilizado em Sobradinho. Dificilmente, aconteceria, Clayton, uma interdição, conforme você mencionou: que a Agefis não está observando essa questão da interdição da atividade extra, de música, por exemplo, que é o que estamos tratando aqui. Dificilmente. Temos um manual de procedimentos a ser cumprido e, se o fiscal não cumprir esse manual de procedimentos, não seguir os passos, tem de se justificar. Se ele não cumpriu foi porque aconteceu alguma coisa extraordinária que o fez não cumprir.

Outra coisa que estávamos comentando aqui, que é grave e está acontecendo no Distrito Federal, hoje, é a questão da mudança de destinação das áreas. Por exemplo, há alguns anos, recebi, na ainda Sefau – eu trabalhava em Taguatinga –, um dono de posto de gasolina, de Taguatinga. Esse sujeito me disse o seguinte: “Poxa, vocês estão deixando construir um prédio de parede com o meu posto de gasolina, que tem 30 anos de atividade. O que acontece? Um dia, o morador desse prédio vai se incomodar com o meu posto de gasolina, vai achar que o meu posto de gasolina causa perigo àquela construção e à residência dele e vai querer o fechamento do meu posto de gasolina. Eu quero ver o que vocês vão me dizer depois a respeito disso.” Agora, a Agefis não está aqui para dizer nada a respeito disso. A Agefis está aqui para fazer cumprir a lei. Então, a lei começa aqui nesta Casa. Esta Casa tem que criar, elaborar leis eficientes e eficazes.

Por exemplo, eu estou tendo oportunidade de comprar um imóvel aqui no Sudoeste numa área mista. E eu estive na construtora e falei: “Mas ali não é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	41

comércio. Aquilo que eu vi lá é uma loja.". Aí o cara falou: "Não. É residencial, é misto". Aí foi decidido pelo condomínio que lá não poderia ter comércio. Mas quem é que proíbe que o cara monte um comércio ali? O condomínio? O Estado?

Então, é uma discussão que tem que ser chamada agora. É salutar esse encontro nosso aqui e está passando da hora de a gente sentar e resolver essas questões porque não dá mais para trabalhar com a legislação que temos hoje que versa a respeito de licença de funcionamento. Está na hora de modificá-las e torná-las constitucionais também.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado Wagner.

Concedo a palavra ao Aldo Fernandes, Diretor de Fiscalização do Ibram.

SR. ALDO FERNANDES – Será rápido. Apenas para esclarecer. O orador do Bar Maracanã falou da medição. A gente se baseia na ABNT 10151, a 4092 remete a ela. O próprio texto da lei fala como deve ser feita a medida e é assim que a gente procede. Em relação ao outro rapaz, quando você falou que não existe uma educação. Mas quando da minha fala eu disse que existem 3 fases de autuação: primeira uma advertência, depois a gente faz uma interdição e, por último, talvez a mais drástica que seria a interdição do estabelecimento. Pelo menos nesse ano de 2011 nós estamos agindo assim. Novo governo, novas diretrizes. Pelo menos a gente passou a agir assim.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALDO FERNANDES - Mas a gente já agia assim no governo anterior também. Mas agora, a gente está primando por isso.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ALDO FERNANDES – Eu não ia nem entrar na polêmica. Mas, quando você disse que viu os fiscais medindo debaixo do prédio com o equipamento, é padrão. Você não pode avisar a quem está sendo fiscalizado que vai sofrer uma fiscalização. É padrão.

(Intervenção fora do microfone)

SR. ALDO FERNANDES – Não. Mas aí tem o problema da lei. A lei não fala que tipo de som. Emissões sonoras provenientes de estabelecimento. É o problema da lei.

(Intervenção fora do microfone)

SR. ALDO FERNANDES – Não estou discutindo. A gente cumpre a lei. E quanto à segurança, você falou do efetivo. Olha, eu até acredito que alguns estabelecimentos que a gente frequenta, o seu estabelecimento, não há problema, são boas pessoas que o frequentam. Mas nós temos um histórico de problemas com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	42

os auditores que vão fiscalizar, de serem ameaçados, de pessoas que não concordam com o tipo de ação. A gente não faz isso porque a gente quer. Já ocorreram casos. Então, é por isso que tem um efetivo que acompanha, geralmente, o auditor.

(Intervenção fora do microfone)

SR. ALDO FERNANDES – Olha, aí a gente vai começar um debate social. Onde aconteceu? Talvez aqui no Plano não ocorra muito. Mas a gente fiscaliza o DF todo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – A gente vai ter outros momentos, Jaime. Pode ter tranquilidade de que este debate não vai ser o último.

SR. ALDO FERNANDES – E, finalmente, Juliana, no dia 24 de Maio o Governador criou o comitê justamente para tratar de resíduos sólidos. O Ibram tem um representante. Esse é um problema que está para estourar, digamos assim, na sociedade e, prudentemente, já se criou esse comitê para a gente tentar dar um caminho para esse problema dos resíduos sólidos no Distrito Federal.

(Intervenções fora do microfone.)

SR. ALDO FERNANDES – Juliana, a gente conta com pessoas como você. A gente quer, realmente, fazer parcerias. Só para finalizar, Deputado, o Ibram — falo em nome do seu Presidente — está aberto ao debate. Vamos procurar caminhos convergentes. Não tenham dúvida disso. Certo, Rênio? O próximo show da Célia você me avisa, viu? Obrigado, boa-noite a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Obrigado, Aldo. Vamos trabalhar por isso. Agora, quero passar a palavra ao meu amigo Secretário de Estado do Trabalho, Glauco, para as considerações finais e alguma explanação.

SR GLAUCO ROJAS – De maneira muito breve, quero agradecer ao Deputado Cláudio Abrantes, não só pela oportunidade de estar aqui, hoje, debatendo, mas por todas as contribuições que ele tem dado à formulação das políticas públicas de emprego, no que diz respeito à área cultural. Tem sido um grande parceiro para ajudar a pensar essa economia criativa de que tanto a gente falou. Então, mais uma vez, muito obrigado, Deputado, pela oportunidade de estar aqui, hoje, e pela contribuição ao longo da sua gestão. Quero me colocar à disposição para outras rodadas de discussão sobre esse tema. Essa é uma discussão que nos interessa muito. Já falei isso aqui. E quero aprofundá-la, sob o viés econômico de geração de renda e de empreendedorismo, e me colocar como parte dessa discussão.

Não posso deixar de registrar que foi no Balaio Café que se deram as principais articulações que resultaram na minha ida para a Secretaria do Trabalho. Então, tenho um carinho muito grande. Lá, no segundo andar, nós sempre fazíamos as nossas reuniões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	43

Por fim, agradeço a todos pela oportunidade. Aproveitando o ensejo, espero revê-los daqui a pouquinho no show do Zé Ramalho, no T-Bone, na quadra 312, para sacramentar essa discussão. Um abraço. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado.

Para as considerações finais, maestro Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Quero reiterar os agradecimentos ao Deputado Cláudio Abrantes e à Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. Nós temos muito chão pela frente nesta Casa. Temos que estabelecer o Projeto de Lei nº 34, que formula a efetividade do FAC de forma que o dinheiro seja usado plenamente. Há mais 20 projetos de lei, aqui, tramitando em relação à cultura. Vou trazer o calhamaço para vocês, novos Parlamentares, como falou o Deputado Agaciel Maia, tomarem conhecimento. Irmos hoje ao T-Bone é o resgate, pois aquele é o último espaço, é o último dos moicanos dos espaços culturais de música ao vivo na cidade, na rua, que é onde o povo deve estar. Nós temos que colocar o povo na rua para tirar a violência da rua. Então, viva a arte, viva a cultura de Brasília. Muito obrigado, Deputado, parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Clayton, para as considerações finais.

SR. CLAYTON MACHADO – Deputado, na realidade, eu gostaria de fazer um registro aqui. Já venho fazendo esse mesmo registro em vários locais onde o Sindhobar é convidado, em governos anteriores e, infelizmente, ainda não houve ninguém com sensibilidade para resolver o problema. Eu acho que nós todos, brasileiros, temos que bater a mão no peito e dizer: “Minha culpa, minha máxima culpa.” Porque nós não fomos educados, talvez até por interesse da situação política, para fazermos valer os nossos direitos. Por exemplo: a Casa de Chá na Praça dos Três Poderes, o Restaurante do Teatro Nacional, o Restaurante da Torre de Televisão, o Museu do Índio, a Estação do Metrô e os CATs. Todos feitos com o nosso dinheiro. E até agora mantidos — e será sempre assim — com o nosso dinheiro. Ou seja, esses que estão fechados há anos — os mais recentes aqui são a Estação do Metrô e os CATs — estão ceifando empregos, Secretário; ceifando músicos, Rênio; ceifando, Juliana, Jaime e todos os amigos do Maracanã, empregos que poderiam estar no nosso setor e em tantos outros. Esses são os que estão fechados. Agora, vamos aos que vão inaugurar, ou os recém-inaugurados: a Torre Digital; a Fonte Luminosa, que fica perto da Torre de TV; a Praça JK, que fica perto do Setor de Restaurantes; recém-inaugurados, com exceção da Torre, que será inaugurada em breve.

Novamente, estou citando isso por conta do que o Subsecretário falou sobre a Orla. O problema é que em todas as construções que são feitas não é consultado efetivamente quem conhece daquele setor. Tudo o que está parado, que está fechado... além da burocracia, pois não tem como terceirizar, não tem como vender,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	44

não tem como alugar, nós já tentamos de tudo: alugar o espaço da Torre, o restaurante do Teatro, a Casa de Chá. Não pode! Nada pode! Todo governante quer construir com o nosso dinheiro, mas deixa parado.

Hoje não tem verba para os CATs abrirem para darem informações aos turistas, mas tem verba para deixar um soldado lá o dia inteiro tomando conta daquele negócio fechado. Então, não consultam quem efetivamente conhece daquele segmento, e vão construindo, vão construindo, e todos eles erram!

A Fonte Luminosa não tem um banheiro. Qual de nós aqui leva a esposa, o filho à Fonte Luminosa à noite para passear, sentar, contar história para o seu menino e dar pipoca ao macaco? Ninguém. Porque não tem nada para você fazer. Há duas semanas foi inaugurado. O Secretário Glauco estava lá; o Secretário de Obras, Deputado Pitman e o nosso Governador. Eu fui ousado e brinquei com o Governador — os dois restaurantes que estão lá de frente fechados, o Gazebo e o Avenida Paulista —: “Governador, o Senhor está com sede?” Ele falou: “É, o calor louco e tal.” Eu disse: “Vai ficar, porque não tem onde o senhor comprar água aqui, não. O Senhor quer usar um banheiro? O lago está aqui, o Senhor tem que usar o lago, porque não tem um banheiro aqui”. Acabou de ser inaugurado. Não é visto, não tem um olhar profissional para o turismo! Por exemplo, não é obrigatório a pessoa que for passear naquela praça entrar naquele restaurante. Eu quero ir lá com o meu filho, com meu neto e brincar ali fora, no parque, mas não posso, porque não há estrutura nenhuma, nenhuma! Vamos lá para os outros, que estão sendo usados de forma precária ou subutilizados: autódromo, Centro de Convenções, Projeto Orla, Parque da Cidade. São 13 equipamentos públicos que estão fechados, subutilizados ou de forma precária.

Eu acho que está na hora de a Câmara Legislativa, de alguma forma, aprovar — aí eu não entendo como funciona, como pode —, mas o grande entrave é não poder utilizar. Ninguém pode. Se você quer usar o autódromo, um bar, um restaurante para movimentar uma área monstruosa, no centro da Capital federal, um custo absurdo para o Governo, não pode. Não pode alugar, não pode nada.

Então, eu peço encarecidamente a esta Casa que olhe para isso, pois além dos que temos, continuam fazendo mais e de forma errada, porque nós não somos consultados. Não queremos mandar, não queremos que nos deem de graça; nós queremos participar, porque depois fica aí o elefante branco parado, sendo pago com os nossos recursos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Clayton Machado.

Há mais uma informação que o Sr. Secretário de Estado de Trabalho, Sr. Glauco Rojas, quer passar, e também respondendo ao questionamento do Sr. Clayton.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	45

SR. GLAUCO ROJAS – Permita-me só mais um registro que acabei me esquecendo de fazer no momento da minha fala que diz respeito ao isolamento acústico — a Juliana, eu acho que não está mais presente, que fez esse questionamento.

O Deputado Cláudio Abrantes já havia me provocado, antes mesmo dessa oportunidade, porque temos lá o Fungger, que é um fundo próprio do Distrito Federal para o microcrédito. A partir dessa provocação, pedi que a equipe de técnicos fizesse um estudo para vermos se é possível fazer uma linha, dentro do Fungger, para o isolamento acústico. Ainda não tenho uma conclusão, mas, em breve, acredito que vamos ter novidade, vou comunicar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES) – Muito obrigado, Sr. Glauco.

Estamos chegando ao final desta comissão geral e eu gostaria de fazer apenas algumas lembranças e considerações, naturalmente agradecendo a todos os que estiveram presentes neste evento, que se estendeu muito porque o tema é relevante. Eu agradeço profundamente aos órgãos de fiscalização, Agefis, Ibram, manifesto o meu respeito. Agradeço também a Secretaria de Segurança, que permanece aqui até agora.

Eu quero lembrar que Brasília sempre foi e continua sendo um celeiro de grandes artistas. Não falo só da música, mas também de tantos artistas do cinema, do teatro, dança, artes plásticas, enfim, temos aqui, graças a Deus, o talento do nosso povo, uma produção muito grande de artistas. Mas seria muito interessante se conseguíssemos que esses artistas ficassem aqui, que tivessem a condição de viver bem aqui nesta Cidade. Infelizmente, é quase como o futebol: produzimos um grande craque e ele vai até para fora do País. Aqui em Brasília acontece mais ou menos isso, produzimos grandes e grandes artistas e eles muitas vezes têm de sair daqui para sobreviver. Temos de achar, sim, um caminho.

De maneira alguma quero responsabilizar o Ibram ou a Agefis. Eles, infelizmente, estão cumprindo um papel. Eu sou oriundo da Polícia Civil, assim como meu amigo Vilarins, e sabemos que, se não cumprirmos nosso papel, o Ministério Público vem em cima e quem paga é o servidor. Então, até por sugestão, na próxima audiência pública convidaremos, sim, o Ministério Público. Ele tem de se manifestar sobre isso.

Da nossa parte legislativa, vamos trabalhar nesse estudo para que a lei seja corrigida. Concordo com o que o Aldo disse. A lei é mal colocada quando fala de ruídos. No meu telefone há um aplicativo — sei que ele não tem a aferição perfeita, Aldo — e, segundo ele, a média nesta audiência está entre 80 e 90. Não estamos gritando, estamos apenas falando e está entre 80 e 90. Sei que não tem a aferição perfeita, mas a emissão do ruído aqui já está nesse pé. A Sra. Lígia falou dos *shoppings*, enfim, há diversos exemplos. Temos de buscar esse meio termo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   05   2011	15h25min	48ª ORDINÁRIA/COMISSÃO GERAL	46

naturalmente respeitando o direito de descanso das pessoas, mas sem abrir mão do que o Israel falou, daquilo que temos trabalhado, para que a cultura, esse celeiro de que tanto falamos aqui, seja realmente feita para receber os nossos artistas, em todos os âmbitos.

Quero agradecer a todos e salientar que nesta comissão geral, entre passagens, presenças, mensagens e representantes, havia 13 Deputados, quantidade que já daria *quorum* para apreciar a nossa comissão de cultura. Tenho certeza de que, quando este tema vier à baila no plano do debate legislativo, haverá, realmente, muitos Deputados envolvidos.

Vamos provocar o Governo, sim. Vamos fazer avaliações sobre determinados instrumentos. Tenho certeza de que, ou fazemos isso, ou corremos o risco de termos um grande estádio de futebol, ou um centro de mídia, como aqui foi dito, onde as pessoas se divertirão durante 90 minutos a cada 3 ou 4 dias. Precisamos, sim, ter uma posição, e tenho certeza de que este Governo e esta Câmara não se furarão a fazer esse trabalho.

Portanto, quero agradecer sinceramente a presença de todos que permaneceram até agora e dos que passaram por aqui. É algo muito salutar e honroso para esta Casa. Eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do Governo e da comunidade aqui representada por suas lideranças, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento.

Muito obrigado e boa-noite.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h38min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 113 – Suplemento, de 17/6/2011.